

Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 37

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Beneficiários do INSS recebem o 13º salário a partir do dia 24..... 4

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados que trabalham podem receber pis? - FALANDO DE APOSENTADOS..... 5

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Tribunal de Contas pressiona o INSS..... 6

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
ECONOMIA

Previdência já abocanhou milhões da arrecadação..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad mostra preocupação com contas da Previdência..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP deve abrir espaço bilionário nas regras fiscais..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Procuradoria acelera ação por acordo tributário com empresas..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf impede aplicação de duas multas por falta de pagamento de IRPJ e CSLL..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União quer recuperar R\$ 12 bi com transações..... 14

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Escritório teria criado doenças em fraude no IR..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste deve ser de R\$ 8 bilhões em 2025..... 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Reoneração da folha é debatida na câmara..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A iluminação pública na reforma tributária (Artigo)..... 21

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad participa da reunião do FMI e Bird..... 23

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos..... 24

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Tebet diz que arcabouço fiscal é maior do que meta 26

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças podem gerar custos ao governo 27

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - MUNDO
ECONOMIA

Fernando Haddad: "Essas coisas se acomodam depois" 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Limite para compensar créditos avança no Congresso 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ibovespa empaca e B3 segue na lanterna das Bolsas mundiais - MERCADO S/A 30

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

FMI vê "pouso suave" da economia global, com crescimento estável 32

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Para FMI, ainda há risco de choques inflacionários (Editorial) 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI eleva previsão de crescimento do Brasil 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Crescimento está "mais estruturado", mostra Monitor do PIB 37

MEIO NORTE - TERESINA - PI - PIAUÍ
ECONOMIA

PIB do Brasil será o 8º do ranking mundial, prevê FMI 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

FMI faz alerta sobre desinflação estagnada 39

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI estima 3,2% de crescimento 40

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeção para PIB é elevada 41

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Mudança para aumentar o rendimento do FGTS 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado já revê projeção para Selic no fim do ano 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado já vê pouco espaço para BC fazer novos cortes na Selic em 2024 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas veem risco para Selic e inflação com a disparada do dólar 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Presidente e vice do Fed indicam que corte de juros deve demorar 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
ECONOMIA

Senado pode votar hoje PL que amplia jogos de azar no país 48

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,27, maior valor desde março de 2023 49

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
ECONOMIA

Dólar volta a subir e chega ao maior valor em 13 meses 51

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Tensão leva dólar a subir para R\$ 5,27 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,26 54

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Dólar encosta em R\$ 5,27, com risco fiscal e expectativa de queda menor do juro nos EUA
..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cenário externo explica maior parte da alta do dólar, defende Haddad 57

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Real no ranking das mais desvalorizadas 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Com risco fiscal, Tesouro já paga juro real de 6% 60

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Produtos da China baixam inflação global, diz XI 62

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com variação de 5,3%, PIB da China cresce acima do previsto 63

Beneficiários do INSS recebem o 13º salário a partir do dia 24

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai pagar, a partir do dia 24, a primeira parcela do abono anual, também conhecido como 13º dos beneficiários da **Previdência Social**. No mês passado, o governo federal determinou a antecipação do pagamento, normalmente feito em agosto.

A medida atingirá 33,6 milhões de benefícios e estima-se que essa primeira parcela corresponda a R\$ 33,68 bilhões a mais circulando na economia do país, segundo dados a folha de pagamentos de março.

Os valores serão depositados com o benefício referente ao mês de abril, que será pago entre os dias 24 de abril e 8 de maio.

Recebem primeiro os segurados com benefício com dígito final 1 e que ganham até um salário mínimo vigente (R\$ 1.412). Beneficiários com dígito final de 1 a 5 receberão o pagamento nos últimos cinco dias úteis de abril. Já os segurados de dígito final de 6 ao 9 e os com final 0 terão os pagamentos creditados junto com os que recebem benefícios acima do salário mínimo, nos primeiros cinco dias úteis de maio.

É possível consultar o número do cartão do benefício no site e aplicativo Meu **INSS**, pelo serviço "extrato de pagamento". Assim como pela central 135, de segunda a sábado, das 7h às 22h.

QUEM RECEBE

O 13º é devido a aposentados, pensionistas e pessoas que receberem, em 2024, benefícios temporários (auxílio por incapacidade temporária e auxílio-reclusão) - nesses casos, o valor é proporcional ao tempo de recebimento do benefício.

Quem recebe salário-maternidade também tem direito ao 13º proporcional. Porém, ele é pago junto com a última parcela do benefício e, por isso, a pessoa não recebe o valor extra junto com os demais beneficiários. Já quem recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao idoso e à pessoa com deficiência não tem direito ao valor adicional.

QUANTO RECEBE O valor antecipado corresponde a 50% do valor total do abono anual e sobre essa primeira parcela não incide desconto de Imposto de Renda. Quando cabível, o tributo é cobrado apenas na

segunda parcela, que será paga entre o final de maio e o início de junho.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12276/17-04-2024.html>

Aposentados que trabalham podem receber pis? - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

O governo federal iniciou o pagamento do abono salarial PIS/Pasep na segunda-feira para quem se encaixa nos critérios e é aniversariante de março e abril.

O abono pago agora se refere ao tempo de atividade exercido em 2022. Pelo certo, o governo teria que liberar referente ao ano trabalhado em 2023. Contudo, o calendário está atrasado em um ano, pois não teve liberação desse benefício em 2020, no auge da pandemia da covid-19. Além disso, houve uma mudança no calendário, com a unificação pela data de aniversário. Mas o benefício também é pago para quem é aposentado e ainda trabalha? Confira.

Inicialmente, vamos esclarecer o que é o abono salarial PIS/Pasep. Esse benefício é pago para ajudar financeiramente aqueles trabalhadores que não possuem remunerações muito altas. O PIS é destinado para trabalhadores da iniciativa privada e o Pasep, da iniciativa pública.

Antes, o Pasep seguia o calendário com base no último dígito de inscrição. Mas, agora, o calendário foi unificado e é com base na data de aniversário para ambos os programas. Além disso, é possível consultar o saldo através do aplicativo do FGTS, o que facilita a visualização dos valores a serem recebidos.

Os critérios para receber o abono são: ter carteira assinada há cinco anos ou mais, com média salarial de dois salários mínimos; ter trabalhado pelo menos 30 dias no ano-base de pagamento (2022 neste ano); ter as informações registradas corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Sabemos que muitos aposentados continuam trabalhando após a concessão do benefício, pois somente a renda da Previdência, muitas vezes, não é suficiente para suprir todas as despesas. Mas muitas pessoas têm dúvidas sobre quais direitos os aposentados que trabalham continuam tendo.

O recebimento do PIS/Pasep é um dos direitos que o aposentado que trabalha continua tendo. Mas ele também precisa cumprir os requisitos, como renda e tempo trabalhado, conforme citado acima.

Referente aos valores, o PIS/Pasep possui um teto de um salário mínimo vigente.

Ou seja, este ano, os beneficiários receberão R\$ 1.412 no máximo, caso tenham trabalhado por 12 meses em 2022.

Os demais receberão proporcionalmente.

Por exemplo, quem trabalhou um mês recebe 1/12 avos desse valor e, assim, sucessivamente.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @ joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12276/17-04-2024.html>

Tribunal de Contas pressiona o INSS

Um relatório de inspeção concluído neste mês por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou a "existência de controles frágeis" dentro do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que permitem "descontos indevidos em larga escala" feitos por associações diretamente na folha de pagamento dos aposentados.

Mantida sob sigilo, a fiscalização preliminar destaca o crescimento "impressionante" do número de associados filiados por essas entidades nos últimos anos, com aval do **INSS**, e do valor arrecadado por elas com "mensalidade associativa". As informações são do site Metrôpoles, sobre a farra do desconto.

Os auditores destacam como exemplo os casos de uma associação que tinha três associados em dezembro de 2021 e saltou para mais de 600 mil em dezembro de 2023, e uma confederação que não tinha filiado em 2021 e terminou 2023 com mais de 340 mil.

"Esses crescimentos expõem a necessidade de o **INSS** possuir controles robustos com o propósito de evitar descontos indevidos", afirma a auditoria do TCU.

Esse crescimento ocorreu em meio a uma avalanche de reclamações e processos judiciais movidos por aposentados contra essas associações por descontos indevidos, feitos sem autorização prévia dos beneficiários do **INSS**, como exige a lei. Há casos de falsificação de assinaturas e de uso de gravações de telemarketing sem validade jurídica para justificar as filiações.

Os auditores do TCU constataram que a divisão do **INSS** que fiscaliza os descontos nos benefícios tem apenas três servidores, que "os termos de filiação e de desconto de mensalidade associativa não são rotineiramente apresentados pelas entidades", conforme exigência legal, e que "não foram aplicadas penalidades em decorrência de irregularidades" em 2023.

No ano passado, as queixas na Ouvidoria do **INSS** por causa de descontos indevidos subiram 560% em relação ao ano anterior.

Os auditores destacam que a medida que determinou o bloqueio para qualquer tipo de desconto no benefício para quem se aposentou a partir de setembro de 2021 não coibiu os abusos porque 97% das aposentadorias com descontos associativos são de segurados que se aposentaram antes.

Previdência já abocanhou milhões da arrecadação

Guilherme Anjos

A desoneração das folhas das prefeituras tem sido pauta protagonista em meio à realização do Congresso Pernambucano de Municípios e da Caravana Federativa em Recife e Olinda, que tem colocado gestores frente a frente com representantes do Governo Federal. Ao Diário de Pernambuco, a prefeita de Igarassu, Elcione Ramos (PSDB), declarou seu apoio à causa municipalista e comentou os desafios de investir na cidade com baixa arrecadação.

"Nos três anos que estou na prefeitura, já são R\$ 60 milhões que eu aporto para o fundo previdenciário e deixo de investir na cidade, e que seria importante para a infraestrutura. Fico de mãos atadas", disse a tucana. "Tenho que prestar contas ao cidadão, dar o meu melhor para o resultado de verdade sair na ponta. Tudo mudou em Igarassu, mesmo com pouco dinheiro", continuou.

A contribuição Previdenciária das gestões municipais segue em 8% após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), devolver a Medida Provisória do presidente Lula (PT) que retornava aos 20%. A manutenção da porcentagem é abraçada por prefeitos e parlamentares de diversas siglas, e é ponto de descontentamento com o Governo Federal.

De acordo com a gestora, Igarassu tem uma população de quase 120 mil, mas arrecada menos que vizinhos sem sequer metade do mesmo número de habitantes e seriam contemplados pelo texto do Governo Federal, que restringe a contribuição de 8% apenas para municípios com até 50 mil cidadãos - a exemplo de Itapissuma, com **PIB** superior devido ao polo industrial.

Durante o primeiro dia do congresso da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), o secretário de Articulação Federativa, André Ceciliano, defendeu a necessidade de encontrar um consenso, e contrariou Lula ao sugerir que a contribuição seja escalonada de acordo com a Receita Corrente Líquida (RCL) ao invés do número de habitantes.

"Não há nenhum ponto que o Governo Federal se negue a discutir. Precisamos sentar para ver uma alternativa de onde tirar os recursos", declarou o secretário. E os municipalistas devem colocar sua

palavra à prova entre os dias 20 e 23 de maio, quando acontece a 25ª Marcha dos Prefeitos em Brasília, com a desoneração como principal reivindicação - e a prefeita de Igarassu é uma dos diversos gestores pernambucanos que devem aderir ao movimento.

"Desconheço um município de pequeno e médio porte que tenha recursos próprios para investir. Cada reajuste do salário mínimo, cada aumento para o piso dos professores compromete investimento e aumenta a dificuldade para pagar a Previdência", disse o presidente da Amupe, Marcelo Gouveia, em defesa da pauta.

Prefeitos querem manter a alíquota previdenciária em 8% para os municípios.

Governo, contudo, quer restringir o benefício

"Nos três anos que estou na prefeitura, já são R\$ 60 mi que eu aporto e deixo de investir"

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/04/previdencia-ja-abocanhou-milhoes-da-arrecadacao.html>

Haddad mostra preocupação com contas da Previdência

ALEXANDRA BICCA* ETHAISBARCELLOS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avalia que os fundamentos da economia brasileira "estão melhores do que há um ano". Ele, no entanto, expressou preocupação com as contas da Previdência após a aprovação de projetos no Congresso e disse que o governo deve recorrer na Justiça.

-Nós não vamos ter o gasto primário que tivemos no ano passado. Não vamos ter a receita primária que tivemos no ano passado. A receita vai ser bem melhor, a despesa vai ser bem menor. De onde vem a arrecadação? Das medidas que o Congresso aprovou -disse Haddad, que está em Washington.

Ele ressaltou, porém, que a renovação da desoneração da folha, em especial dos municípios, não estava no radar: -Desonerar a folha de município é uma coisa que esbarra na Reforma da Previdência, que todo mundo defendeu. Todos os partidos defenderam que a Previdência não podia perder receita. Aí entra uma emenda, em um PL (projeto de lei). O presidente veta, derrubando o veto, nós reabrimos a discussão.

Haddad disse que o governo levará a questão ao Judiciário, porque não que "abrir novos precedentes" que possam desguarnecer a Previdência.

Em outra frente, a equipe econômica prevê atacar nos as despesas com seguro-defeso, pago a pescadores arte-sanais no período em que não podem exercer a atividade, cujo orçamento este ano é de apenas R\$ 6 bilhões.

Além disso, quer insistir na redução de benefícios fiscais, como o Perse, de redução de **tributos** para o setor de eventos. Segundo Haddad, o programa está "muito sem freios" e "aberto a fraudes".

A agenda está prevista no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Neste, já há a previsão de economia de R\$ 37,3 bilhões de 2025 a 2028 com a revisão de gastos previdenciários e com o Proagro, espécie de seguro para agricultura familiar. O volume que foi considerado baixo por analistas de contas públicas diante do volume de despesas obrigatórias, que supera R\$ 2 trilhões por ano.

O PLDO fixa meta fiscal zero para 2025 e superávit em 0,25% do **PIB** para 2026.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MP deve abrir espaço bilionário nas regras fiscais

Raphael Di Cunto, Jéssica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro

A medida provisória (MP) das compensações tributárias pode tirar bilhões de reais do controle das novas regras fiscais, segundo dados divulgados nessa terça-feira pelo governo. O texto foi aprovado em votação simbólica numa comissão do Congresso e agora irá à análise pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A proposta determina o parcelamento das compensações tributárias com valor a partir de R\$10 milhões. Segundo o relator da MP, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), valerá mais a pena para o contribuinte pedir o pagamento via precatório do que por compensação tributária quando o valor a receber for superior a R\$ 100 milhões.

Vitórias judiciais com valor abaixo dessa linha poderão ser compensadas em até um ano. Acima disso, contudo, a MP determina que o contribuinte terá que parcelar o abatimento dos **impostos** por até cinco anos. Nesses casos, será melhor a empresa recorrer a um precatório (que é pago no ano seguinte).

Esses créditos superiores a R\$ 100 milhões, segundo documento divulgado na terça-feira pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, correspondiam a R\$ 23,1 bilhões em agosto de 2023. "Não acreditamos que esses valores maiores serão parcelados. Será mais conveniente para o contribuinte pedir esse valor à vista", disse ele, durante audiência pública na comissão do Congresso.

A mudança na forma de ressarcimento dará maior previsibilidade ao governo sobre o Orçamento, já que o volume de precatórios é conhecido de um ano para o outro, enquanto as compensações dependem apenas da decisão da empresa sobre em qual momento e condição usar. Há outra diferença, contudo, que pode ampliar o espaço para despesas do governo federal.

As compensações reduzem a arrecadação e, com isso, diminuem o espaço para gastos no ano seguinte (que é determinado, segundo o novo arcabouço fiscal, pelo crescimento das receitas no ano anterior). Já os precatórios, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), serão excluídos da regra fiscal e da meta de resultado primário até 2026 nos valores que superarem o teto de pagamentos criado no governo

Bolsonaro (PL)-que será R\$ 47 bilhões em 2025.

Esse ponto foi criticado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), que tenta alterar a MP. "Caso haja uma migração relevante dos contribuintes da sistemática da compensação para os precatórios, podem ocorrer efeitos danosos ao arcabouço fiscal e à estabilidade de longo prazo do equilíbrio fiscal. O desequilíbrio fiscal penaliza as empresas com o aumento de juros e a redução da sua competitividade", disse.

O valor exato que ficará de fora do arcabouço fiscal é difícil de estimar agora, mas o governo estima, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que R\$ 39,85 bilhões em precatórios serão pagos fora do limite de gastos no próximo ano e R\$ 47 bilhões em 2026. Além disso, os R\$ 23 bilhões divulgados por Barreirinhas tratam-se de números de agosto do ano passado. Novos créditos podem ter surgido desde então ou parte daqueles ter sido usado.

Rubens Pereira defendeu a MP. Afirmou que a maioria dos contribuintes poderá abater os créditos em até um ano e que menos de 100 empresas serão afetadas. "Estou convicto de que o modelo proposto é o melhor para garantir a previsibilidade para as contas públicas. É um modelo de Estado, não de governo", disse. "Uma nova tese do século certamente surgirá e o governo estará preparado para isso."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1§ion=1>

Procuradoria acelera ação por acordo tributário com empresas

BIANCA LIMA | COLABOROU LAVÍNIA KAUCZ

A pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que mira o déficit zero em 2024, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai acelerar o calendário das transações ligadas a grandes teses tributárias - disputas de ampla repercussão no Judiciário, que envolvem cifras bilionárias e empresas de porte expressivo, caso da Petrobras.

O Orçamento deste ano prevê R\$ 12 bilhões em novas receitas, fruto desses acordos entre governo e contribuintes, que buscam a resolução de litígios pela via negociada. A PGFN avalia, porém, que a cifra poderá ser maior, pois a adesão surpreendeu nas primeiras tratativas.

Nesse cenário, a ordem dentro da equipe econômica é acelerar os editais, de olho no aumento de arrecadação.

O governo busca novas receitas para melhorar suas contas.

Anteontem, a equipe econômica anunciou mudanças nas metas fiscais de 2025 e 2026 como forma de tentar encaixar despesas já contratadas com a arrecadação.

"Há uma pressão, uma cobrança do ministro da Fazenda (Fernando Haddad). Se a gente fosse (fazer) um (edital) de cada vez, que era o que a gente estava imaginando, talvez a gente nem conseguisse chegar aos R\$ 12 bilhões", afirmou a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, destacando que mais quatro editais, além dos dois já anunciados, serão lançados até julho.

Desse total, dois editais são relacionados à base de cálculo do PIS e da Cofins, que são contribuições federais; outro trata das subvenções ligadas ao ICMS, que são concedidas pelos Estados e impactam o recolhimento de **impostos** federais - o tema foi alvo de lei em 2023, a qual já previa a possibilidade de transação; e o quarto envolve disputas de corretoras e bancos com o Fisco após o processo de fusão da Bovespa com a BM F, em 2008.

O primeiro edital focado em grandes teses tributárias foi lançado pela PGFN e pela **Receita Federal** no fim

do ano passado e tratou de litígios envolvendo lucros no exterior. A adesão, segundo a procuradoria, foi acima do esperado: com R\$ 1,3 bilhão em dívidas renegociadas e R\$ 500 milhões em pagamentos previstos para 2024 - isso apenas no âmbito da PGFN.

A próxima negociação, já anunciada e engatilhada, diz respeito ao afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo e deve contar com a adesão da Petrobras, como antecipou o Estadão em agosto de 2023. Segundo Anelize, o edital deve sair ainda esta semana ou no início da próxima. "Os valores são multibilionários e têm players (empresas) importantes do mercado de óleo e gás que já fizeram sugestões na consulta pública." O documento deve prever duas formas de pagamento: desconto de 60% sobre o valor do débito, com entrada mínima de 30% e o restante em até seis parcelas mensais; ou desconto de 35%, com entrada de 10% e o restante em 24 vezes. Esses termos, porém, foram alvo de sugestões na consulta pública, com as empresas buscando alongar o pagamento e ampliar o desconto - o que está em discussão, segundo a PGFN. No ano passado, o órgão recuperou R\$ 48,3 bilhões em créditos tributários, alta de 23% em relação a 2022 OPERAÇÃO. As transações tributárias nada mais são do que uma espécie de acordo entre governo e contribuinte para o pagamento de dívidas e resolução de litígios.

Nesse tipo de acordo, o contribuinte confessa a dívida e acerta o pagamento. Em troca, o governo oferece descontos em juros e multas e condições de parcelamento que sejam compatíveis com a capacidade de pagamento.

A modalidade foi criada em 2019 no País e começou a ser implantada em 2020.

No ano passado, as regras das transações foram aprimoradas pela nova lei do **Carf**, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**. A nova legislação, além de retomar o voto de desempate a favor da Receita, também flexibilizou diretrizes para negociações.

Atualmente, a PGFN realiza três tipos de transação: as de pequeno valor, que envolvem débitos inscritos na dívida ativa da União com valor limitado a 60 salários mínimos; as referentes a créditos tributários em

disputa no **Carf** ou já inscritos em dívida ativa (que devem somar R\$ 24 bilhões em 2024); e, por fim, as ligadas às grandes teses tributárias, que envolvem temas em debate nos tribunais (cuja expectativa de arrecadação pode superar os R\$ 12 bilhões projetados no Orçamento).

Em alta

R\$ 48,3 bi foi o valor recuperado pela PGFN no ano passado

23% foi a alta no valor recuperado em 2023 em relação a 2022

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Carf impede aplicação de duas multas por falta de pagamento de IRPJ e CSLL

Adriana Aguiar De São Paulo

A 1ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** alterou novamente seu entendimento e manteve, em recente decisão, apenas uma das duas multas normalmente aplicadas pela **Receita Federal** contra empresas por falta de pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. A decisão, por maioria de votos, trouxe esperança de que a última instância do órgão volte a adotar - e consolide - posicionamento favorável aos contribuintes.

A **Receita Federal** aplica a dupla penalidade com base na Lei nº 11.488, de 2007. A norma permite a cobrança da multa isolada sobre estimativas mensais não recolhidas e da multa de ofício por falta de pagamento do IRPJ e da CSLL apurados no ajuste anual. Há, porém, uma súmula do **Carf**, de nº 105, posterior à lei, que estabelece que, nessa situação, vale apenas a multa de ofício.

Os contribuintes alegam que não se pode aplicar duas penalidades para o mesmo fato gerador. Apesar da empresa recolher os **impostos** por estimativa, argumentam, o fato gerador do IRPJ e da CSLL é o dia 31 de dezembro de cada ano. Para eles, se a Receita aplica a pena maior para a infração maior, essa é que deve prevalecer - a multa de ofício, de 75%.

A diferença de entendimentos traz um impacto financeiro enorme. Somadas, as multas geram acréscimo de 125% sobre o valor devido - além dos 75% da multa de ofício, 50% da multa isolada.

A decisão recente da 1ª Turma da Câmara Superior beneficia uma empresa do setor de energia. O relator, conselheiro Luis Henrique Marotti Toselli, representante do contribuinte, destaca, em seu voto, que "não se pode perder de vista que as estimativas são meras antecipações do tributo devido, não figurando, portanto, como **tributos** autônomos".

De acordo com ele, não se nega que o não recolhimento das estimativas e o não recolhimento dos **tributos** efetivamente devidos são infrações distintas, como foi reconhecido pela Lei nº 11.488/2007. "Todavia, e este é o ponto central para a discussão, quando ambas as obrigações não foram cumpridas

pelo contribuinte, o princípio da absorção ou consunção impõe que a infração pelo inadimplemento do tributo devido prevaleça, afinal o dever de antecipar o pagamento por meio de estimativas configura etapa preparatória para o dever de recolher o tributo efetivamente devido, este sim o bem jurídico tutelado pela norma." Assim, o conselheiro conclui que a alteração legislativa mencionada não possui qualquer efeito sobre a aplicação da Súmula nº 105 para fatos geradores posteriores a 2007. "Admitir o contrário permitiria punir o contribuinte em duplicidade, em clara afronta aos princípios da consunção, estrita legalidade e proporcionalidade" (processo nº 11º 10510.724763/2011-12).

Ele cita, em seu voto, julgamentos no mesmo sentido do STJ (REsp 1496354 e REsp 1567289) e da 1ª Turma da Câmara Superior, de setembro de 2020, com aplicação do voto de desempate favorável ao contribuinte (artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002). Ele foi acompanhado - pela maioria dos conselheiros.

Daniel Lamarca, do BMA Advogados, que assessora a empresa de energia, explica que colaborou para a decisão a reversão do entendimento do conselheiro Guilherme Mendes, representante da Fazenda, que passou a votar a favor do contribuinte. Assim, conselheiros entenderam que a Súmula 105 poderia ser aplicada para casos posteriores a 2007. "O que prevaleceu na Câmara Superior é que deve apenas prevalecer multa pelo aditamento do tributo", diz.

A decisão representa uma nova guinada no posicionamento da 1ª Turma da Câmara Superior. Em 2023, no julgamento de um caso de uma empresa do setor de construção, ficou decidido, por maioria, que poderiam ser aplicadas as duas multas concomitantemente.

Em seu voto, o conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado, representante da Fazenda, afirma que "inexiste qualquer conflito legal para aplicação da multa de ofício pela falta de recolhimento do tributo em conjunto com a multa isolada pela falta de recolhimento de estimativas." De acordo com o conselheiro, a Lei nº 11.488/2007 "prevê expressamente aplicação da penalidade isolada no caso do descumprimento da obrigação de recolher o tributo estimado mensalmente, mesmo se apurado prejuízo ao final do exercício. Entendeu o legislador

que tal infração (falta de recolhimento da estimativa) não deve ser ignorada." Antes de 2023, contudo, havia entendimento consolidado na Turma contra a aplicação das duas multas. Além do impacto financeiro, essa oscilação, segundo especialistas, traz insegurança para as empresas, que algumas vezes ganham a discussão e outras não, mesmo tendo seus casos julgados no mesmo colegiado.

Caio Quintella, ex-conselheiro da Câmara Superior e sócio da Nader Quintella Advogados, afirma que diversos fatores que explicam essa oscilação. Um deles, é que o conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, representante da Fazenda, tem uma tese diferente sobre o tema e, por isso, vota algumas vezes a favor da Fazenda e em outras vezes a favor do contribuinte.

Para o julgador, a base de cálculo final do IRPJ e CSLL em 31 de dezembro representaria um limite. Nos casos em que esse limite foi respeitado nas estimativas mensais, ele vota a favor dos contribuintes. Caso contrário, vota com a Fazenda.

Além disso, diz Quintella, houve a saída do conselheiro Gustavo Fonseca, que era representante dos contribuintes, mas nessa discussão votava com a Fazenda e não aplicava a Súmula nº 105.

Ainda houve mudança na aplicação dos critérios de desempate no **Carf**, que também podem influenciar no resultado final. Antes o empate era favorável ao contribuinte. Agora, com a Lei nº 14.689/2023, é a favor da Fazenda. Contudo, nesses casos caem automaticamente a aplicação das multas.

Para Quintella, decisões divergentes fazem parte de um cenário natural e esperado de uma Corte administrativa, "onde existe tanta rotatividade e discricionariedade da presidência em relação aos membros da Câmara Superior". Contudo, diz, "o saldo ainda é positivo, pois os julgamentos são muito técnicos".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845>

União quer recuperar R\$ 12 bi com transações

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende lançar ainda neste primeiro semestre quatro editais de transação tributária de temas em discussão nas esferas administrativa e judicial. A estimativa é de recuperar neste ano, por meio de acordos envolvendo teses tributárias com o órgão e a **Receita Federal**, pelo menos R\$ 12 bilhões.

Os editais de transação previstos tratam da tese de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, da tributação de subvenções, cobranças de PIS e Cofins (referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base) e de desmutualização da bolsa de valores. Não há estimativa geral de quanto poderia ser recuperado só com esses editais.

O edital de transação da tese sobre afretamento pode ser publicado em breve, ainda nesta semana ou na próxima. A informação foi dada ontem pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, durante apresentação do relatório "PGFN em Números".

A tese de afretamento é uma das principais para a Petrobras no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A adesão da companhia poderia colocar fim em uma disputa que envolve processos que somam R\$ 55,234 bilhões e, ao mesmo tempo, ajudar o governo na missão de zerar o déficit primário neste ano. Outras empresas do setor também discutem a questão.

A minuta de edital foi colocada em consulta pública pela PGFN e pela **Receita Federal** e recebeu contribuições até sexta-feira passada. Alguns "grandes players" fizeram sugestões, segundo a procuradora. O edital, acrescentou, deve ser publicado antes do que tratará de subvenções. "Está prontíssimo. Já foi realizada a consulta pública. Tivemos algumas sugestões e deve sair rápido." Foram apresentadas sugestões sobre percentuais de desconto, de uso de prejuízo fiscal e número de meses para o parcelamento - que poderá ser maior em relação aos já abertos. De acordo com a procuradora, a Petrobras não fez nenhum contato sobre a intenção de aderir ou não a essa transação.

O Valor noticiou no início do mês que, segundo fontes, haveria um acordo do governo com a atual diretoria da Petrobras para que venha aderir à transação, na opção de pagamento que oferecerá desconto de 60% sobre o valor total do débito. O restante deveria ser pago com entrada de, no mínimo 30%, e o saldo remanescente, em até seis parcelas mensais.

A PGFN estima recuperar R\$ 24 bilhões de valores inscritos na dívida ativa da União com transações e mais cerca de R\$ 22 bilhões com outras medidas de cobrança. No primeiro trimestre já ingressaram no caixa do Tesouro R\$ 5,4 bilhões referentes a valores de transações fechadas e pagos nesse período.

Em 2023 foram recuperados R\$ 48,3 bilhões - R\$ 20,7 bilhões originados de transações tributárias (negociações de valores já inscritos em dívida ativa) e o restante das demais formas de cobrança. O valor entra direto no caixa do Tesouro.

Já por meio de julgamentos tributários no Judiciário, em 2023, foram evitadas perdas de R\$ 195,6 bilhões. Na esfera administrativa - que se encerra no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** -, foram R\$ 109 bilhões. A Fazenda Nacional, de acordo com a PGFN, saiu vitoriosa em todos os processos tributários julgados como repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) - que devem ser seguidos pelas instâncias inferiores.

O valor referente ao Judiciário é uma estimativa, que leva em consideração o valor de cinco anos anteriores que teriam que ser devolvidos em caso de derrota e mais o ano seguinte. Já para o contencioso administrativo são considerados os valores das atuações fiscais.

Apesar das vitórias e da recuperação de valores por meio de transações tributárias, a dívida ativa da União atingiu, em 2023, R\$ 2,9 trilhões-dos quais R\$ 931 bilhões estão em situação regular e R\$ 2,1 trilhões estão em cobrança. Esse valor é referente a mais de 24,7 milhões de inscrições, de titularidade de 10,2 milhões de devedores.

A dívida ativa do FGTS somou R\$ 50,4 bilhões em cobrança, por meio de 462 mil inscrições. Existem cerca de 226 mil devedores em todo o país.

"Edital sobre afretamento deve ser publicado nesta semana ou na próxima" Anelize de Almeida

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845>

Escritório teria criado doenças em fraude no IR

GIOVANI GRIZOTTI giovani.grizotti@rbstv.com.br

esclarecimentos".

Ao ser informado de que poderia ser isentado do Imposto de Renda (IR) por ser cardíaco e ter uma doença crônica no intestino, um militar da reserva que mora em Capão da Canoa contratou o serviço do escritório CR Consultoria Tributária em setembro de 2022 para acelerar o processo. Três meses depois, começou receber da **Receita Federal** (RF) os valores pagos:

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

- Recebi R\$ 79,5 mil e paguei R\$ 19 mil pra eles (consultoria).

Em junho de 2023, recebeu notificação da Receita pedindo ressarcimento. É que o órgão identificou um laudo falso de doenças que o militar nunca teve: uma infecção nos gânglios linfáticos e câncer de mama.

Já um PM da reserva, de Passo Fundo, também contratou o escritório para receber R\$ 93 mil retroativos ao IR. O aposentado, que também pediu para não ser identificado, diz que pagou R\$ 23 mil em honorários.

Depois de receber R\$ 70 mil em retroativos, foi notificado a devolver o dinheiro porque o laudo atribuído ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, ligado à UFRGS, era falso e o mostrava como paciente de câncer. Segundo a corregedoria da UFRGS, foram descobertas 180 falsificações.

- São falsificações grosseiras - diz o corregedor Cláudio Moacir Marques Corrêa

Os clientes dizem que o responsável pelo escritório, o contador Carlos Rosa Júnior, respondia em vídeo que era possível reverter a cobrança da RF.

- Nós temos vários recursos até que, de fato, haja alguma situação em que a gente tenha de se preocupar - disse Carlos, em uma gravação.

Contraponto

Em nota, a defesa de Carlos Roberto da Rosa Júnior afirma que "se manifestará somente depois que tiver acesso integral aos autos da investigação" e que ele "está à disposição das autoridades para prestar

Reajuste deve ser de R\$ 8 bilhões em 2025

» ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional na última segunda-feira, prevê aumento de R\$ 39,9 bilhões nos gastos com pessoal e encargos sociais, para R\$ 414,5 bilhões. E, desse montante, a reserva para os reajustes de servidores no próximo ano está em torno de R\$ 8 bilhões, o que deverá representar uma correção linear de 4,5%, de acordo com fontes do governo.

A maior parte desses R\$ 39,9 bilhões, no entanto, está relacionada a gastos como crescimento vegetativo da folha e de contratações de novos aprovados nos concursos, especialmente o unificado, segundo as mesmas fontes.

Nos grupos de trabalho de negociação com os servidores, o MGI vem defendendo a reestruturação das carreiras em vez de um reajuste linear. Na próxima sexta-feira, por exemplo, a pasta deverá apresentar uma proposta nesse sentido para os técnicos- administrativos da Educação, que estão em greve.

A categoria é uma das maiores da administração pública federal, com cerca de 200 mil trabalhadores, e a reestruturação das carreiras deverá consumir R\$ 1 bilhão dos R\$ 8 bilhões propostos para reajuste no ano que vem, segundo as mesmas fontes.

No ano passado, o governo concedeu um reajuste linear de 9% aos **servidores públicos** e a pasta propôs outros dois aumentos de 4,5% em 2025 e em 2026, totalizando 18% de reajuste até o fim do mandato - acima da **inflação** projetada para o período, segundo dados do MGI. Pelas estimativas de técnicos da pasta, neste ano, o impacto orçamentário do reajuste do ano passado somou R\$ 16 bilhões, e, portanto, no próximo ano, será destinada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), em agosto, a metade desse valor para novo reajuste.

Gastos crescentes O aumento das despesas com os servidores representa uma parcela do forte aumento de gastos previstos no PLDO de 2025, onde a equipe econômica reduziu de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para zero a meta de superavit primário de 2025 devido à piora das projeções do quadro fiscal.

Conforme dados da matéria que foi enviada pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco

(PSD-MG), ontem, para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), as despesas primárias devem aumentar R\$ 163,4 bilhões no próximo ano, em relação à projeção da programação orçamentária de 2024, para R\$ 2,34 trilhões. O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) é o mais cotado para a relatoria do PLDO.

Os gastos com pessoal e encargos são a segunda maior despesa obrigatória do Orçamento, representando 3,35% do **PIB** no próximo ano. Além de piorar as metas fiscais, a matéria prevê a continuidade do descompasso entre o aumento das receitas e das despesas. Pelas projeções da equipe econômica no PLDO do ano que vem, a receita líquida vai crescer 6,6%, para R\$ 2,319 trilhões. Enquanto isso, as despesas primárias avançam 7,5%, para R\$ 2,348 trilhões.

Esses dados ajudaram a piorar as projeções para o resultado primário das contas do governo central - que inclui o Tesouro Nacional, a Previdência e o Banco Central. Pelas estimativas da equipe econômica, o rombo fiscal projetado vai aumentar entre 2024 e 2025, passando de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 29,1 bilhões, na contramão da consolidação fiscal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, não participaram do anúncio do PLDO de 2025, na segunda-feira, deixando a missão para técnicos das respectivas pastas para detalhar a mudança na meta fiscal em poucos meses de vigência.

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Alexandre Andrade, contou que ainda está analisando os dados do PLDO, mas reconheceu que os parâmetros macroeconômicos, como a projeção do **PIB**, são "um pouco otimistas" comparando com as estimativas do mercado, no boletim Focus do Banco Central e com a última atualização da IFI. "Mesmo com a revisão das metas anunciada no PLDO, parecem otimistas. Zerar o resultado primário em 2025 não será uma tarefa fácil, tendo em vista os riscos associados à materialização de algumas receitas previstas nas medidas no Orçamento de 2024 e na Medida Provisória nº 1.202 (da reoneração da folha)", alertou. Ao contrário do governo, que afirma que a estabilização da dívida pública ocorrerá "em breve", Andrade fez um alerta de que, no cenário da IFI, "a dívida pública bruta cresce mais nos próximos anos e só se estabiliza no começo da próxima década".

Vale lembrar ainda que a maior despesa obrigatória,

os gastos com a **Previdência Social**, devem saltar R\$ 66,7 bilhões, para R\$ 980,9 bilhões, ou 7,92% do **PIB**, conforme os dados do PLDO.

Pouco mais da metade desse valor, quase R\$ 35 bilhões, é resultado do impacto do reajuste do salário mínimo no ano que vem, para R\$ 1.502.

"A dívida pública bruta cresce mais nos próximos anos e só se estabiliza no começo da próxima década"
Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI)

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5853/17-04-2024.html?all=1>

Reoneração da folha é debatida na câmara

ALESSANDRAMELLO

O Projeto de Lei 1027/2024, que prevê uma elevação gradual da contribuição pre-videnciária dos municípios foi debatido ontem na Câmara dos Deputados. O texto é combatido por entidades municipalistas, entre elas a Associação Mineira dos Municípios (AMM), que defendem a redução dos valores cobrados hoje.

De autoria do líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), e do líder do PT, Odair Cunha (MG), a contribuição previdenciária dos municípios é alvo de um embate entre o Planalto e os parlamentares desde o ano passado. Em agosto, o Congresso aprovou um PL que reduziu a alíquota paga sobre os salários pelas prefeituras para financiamento do **INSS** (Instituto Nacional de **Previdência Social**) de 20% para 8%.

O presidente Lula barrou a redução, mas o Congresso derrubou seu veto. Ele, então, editou medida provisória para voltar aos 20%, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), deixou caducar a MP e ela perdeu validade. Os deputados então apresentaram o PL 1027/2024 que tramita agora em regime de urgência. Ele propõe alíquotas de 14% em 2024, 16% em 2025 e 18% em 2026 para cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida per capita de até R\$ 3.895. Os outros municípios continuariam pagando 20%.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, defendeu a manutenção da redução da alíquota previdenciária patronal de 8% para os municípios. Segundo ele, outros setores da economia têm alíquota diferenciada e as prefeituras que empregam servidores para atender às demandas da população têm que pagar mais. Para ele, não é justo cobrar mais dos municípios já que esses servidores trabalham para o cidadão e para colocar em prática os cerca de 200 programas do governo federal nas cidades.

Durante a comissão geral, o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) afirmou que a versão dos dois líderes deverá ser alterada antes da votação em plenário. A elevação da alíquota, se mantida, deverá ocorrer somente a partir de 2025. Outro ponto ainda em negociação, explicou ele, é o percentual da contribuição previdenciária dos municípios. "O governo quer 20%, a CNM já falou em 14%, aqui dentro da Câmara alguns estão estimando 17%", disse Benevides Filho. (Com Agência Câmara)

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

A iluminação pública na reforma tributária (Artigo)

Eduardo Diamantino e Vitor Fantaguci Benvenuti

Eduardo Diamantino e Vitor Fantaguci Benvenuti SÃO
ADVOGADOS

Com a recente aprovação da **reforma tributária**, muito vem se falando a respeito da criação de mais **tributos**, extinção daqueles já existentes, tributação de jatinhos, iates, heranças e outros temas mais polêmicos.

Em meio a tantas novidades, as alterações em relação à Contribuição para Custeio do Serviço da Iluminação Pública (Cosip) passaram despercebidas, apesar da sua grande relevância.

Aproveitando as mudanças promovidas pela **reforma tributária**, os municípios conseguiram mobilizar o Congresso Nacional para inserir, na Constituição federal, a previsão de que a Cosip também seria destinada ao custeio de "sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos".

Na prática, houve uma ampliação das destinações possíveis para a receita da Cosip, que agora não ficará restrita apenas ao serviço de iluminação pública. Além disso, manteve-se a previsão já existente de que a contribuição pode ser cobrada diretamente na fatura de energia elétrica, o que otimiza a arrecadação e diminui a inadimplência - um cenário ideal para os municípios.

Para justificar as alterações, anunciou-se que o objetivo seria promover a modernização do País, transformando os municípios brasileiros em "cidades inteligentes". Contudo, talvez não seja esse o resultado que a população verá daqui a alguns anos.

Primeiro, porque o efeito prático da mudança certamente será o aumento do valor atualmente cobrado a título da contribuição municipal.

Afinal, havendo uma destinação mais abrangente, é natural que a arrecadação tributária seja majorada para cobrir os novos custos.

Segundo, porque os tribunais brasileiros já vinham entendendo, mesmo antes da **reforma tributária**, que o cidadão residente em logradouro sem iluminação

pública deve, sim, pagar a Cosip (conforme decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no julgamento do Processo n.º 0301360-47.2018.8.24.0057).

Por essa lógica, ainda que o cidadão resida num local com altos índices de criminalidade e não seja instalada nenhuma câmera de segurança naquele logradouro, ele deverá pagar a contribuição municipal.

Em terceiro lugar, já vimos casos de municípios que não demonstraram a aplicação adequada da receita obtida com a Cosip. Em Campo Grande, capital sul-mato-grossense, por exemplo, o problema se tornou relevante a ponto de motivar a aprovação de lei suspendendo a cobrança sob o fundamento de que, embora existissem mais de R\$ 50 milhões arrecadados pela Cosip, a população continuava enfrentando a falta de iluminação em diversos pontos da cidade e a prefeitura não estaria comprovando a aplicação dos recursos.

Em 2019, a falta de comprovação da destinação dos valores arrecadados voltou à tona e motivou o ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público, em que se pleiteou a suspensão da cobrança da Cosip.

É razoável, portanto, a percepção de que os **tributos** recolhidos não têm sido revertidos em benefícios à população.

Vale lembrar que a origem da Cosip é igualmente problemática.

A contribuição surgiu como uma forma de aumentar a arrecadação tributária municipal sem tocar em temas mais sensíveis à população, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). Em vez de majorarem as alíquotas dos **impostos** municipais, o que certamente chamaria mais a atenção dos contribuintes, as prefeituras optaram por instituir uma taxa para custeio da iluminação pública.

O sistema tributário brasileiro, no entanto, exige que as taxas se refiram a um serviço público específico e divisível, que permita a individualização do beneficiário daquele serviço. Tendo em vista que o serviço de iluminação pública não permite a identificação e individualização do cidadão beneficiado, o Supremo

Tribunal Federal (STF) firmou jurisprudência, ainda na década de 1990, de que a cobrança é inconstitucional, por entender que "o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa".

Com o objetivo de driblar o entrave imposto pelo Supremo naquela ocasião, as prefeituras sensibilizaram o Congresso Nacional para que fosse aprovada a Emenda Constitucional n.º 39/2002, criando uma "contribuição" (e não mais "taxa") com a mesma finalidade de custear a iluminação pública - cobrança que perdura até os dias atuais.

As controvérsias do passado e do presente foram superadas numa nova investida, agora com o discurso de que a Cosip possibilitará a modernização das cidades brasileiras, com câmeras de segurança espalhadas pelas ruas e monitoramento preventivo para combate à criminalidade.

O otimismo exacerbado que marcou toda a tramitação da **reforma tributária** projetou um futuro dissociado da realidade, uma vez que as cidades brasileiras não superaram sequer os problemas de infraestrutura, saneamento básico e transporte. A sabedoria popular diz que sonhar não custa nada, mas a **reforma tributária** mostrou que este sonho também pode custar caro.

As controvérsias do passado e do presente foram superadas numa nova investida, agora com o discurso de que a Cosip possibilitará a modernização das cidades brasileiras

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad participa da reunião do FMI e Bird

AGÊNCIA BRASIL O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa nesta semana, em Washington, da reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e da segunda reunião da Trilha Financeira do G20. Entre os temas a serem discutidos estão a transformação ecológica e a **reforma tributária** internacional. O encontro vai até sexta-feira.

O ministro buscará promover o Plano de Transformação Ecológica do Brasil. Às 11h (horário local), ele participa de evento sobre finanças sustentáveis, no Wilson Center, organizado pelo Brazil Institute e pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, para debater o tema de finanças sustentáveis.

Lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), o Plano de Transformação Ecológica busca promover o desenvolvimento sustentável e repensar a globalização, por meio de investimentos que melhorem o meio ambiente e reduzam as desigualdades. O plano está estruturado em seis eixos: financiamento sustentável, desenvolvimento tecnológico, bioeconomia, transição energética, economia circular e adaptação às mudanças climáticas.

Na sequência, às 17h Haddad vai até a Câmara de Comércio dos Estados Unidos (US Chamber). Acompanhado do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, o ministro participa de painel cujo tema será Investindo na América Latina: as Reformas Econômicas do Brasil.

No segundo dia da viagem, Haddad participa de discussão sobre tributação internacional em evento organizado em parceria entre o Brasil e a França, na sede do FMI. O tema ganhou destaque na reunião do G20 realizada em São Paulo, em fevereiro. Ainda na terça-feira (16), o ministro irá a uma mesa-redonda sobre a dívida soberana global. Na tarde de quarta-feira (17), Haddad participa das reuniões da cadeira brasileira do Banco Mundial e do FMI. À noite, às 18h30, irá a um jantar oficial de trabalho do G20, na sede do FMI.

Coletiva na quinta Na quinta (18), Haddad preside a segunda reunião ministerial do G20, às 10h (horário local), também na sede do FMI, e dará entrevista coletiva por volta das 13h. À tarde, terá reunião bilateral com o ministro de Finanças da China, Lan Fuan. Em seguida, participa de reunião fechada

promovida pelo FMI e pelo G20 sobre riscos para a economia global.

A viagem da comitiva do Ministério da Fazenda encerra-se na sexta-feira (19). Pela manhã, estão programados um café da manhã no FMI e a reunião plenária do fundo. À tarde, Haddad conversará com o comissário europeu para Assuntos Econômicos, Paolo Gentiloni, e participará da reunião do comitê

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_E451F888CC00083CBCD81B98E7F5D11AFBD6184AEBB97A2801981983DA7D5915B70FEEC7916F2CAEA9D815E1916993F2BC1761E3518C47B1D941FFAA068A21BB01FA5E77769CA7BF760FC2255021115CC4026F3363E711B918882AE784D16A772B79307F5F1DB0D517C82DEAF6884590A4E1A111AF6718FD32D26

Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos

Publicado em 17/04/2024 - 07:02

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

No primeiro dia de viagem aos Estados Unidos (EUA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou oportunidades de investimento a empresários norte-americanos e debateu iniciativas para ampliar o financiamento à transição ecológica. Ao longo da semana, o ministro participa, em Washington, de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana.

No primeiro evento da terça-feira (16), Haddad explicou, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, os efeitos da **reforma tributária** aprovada no ano passado sobre a oportunidade para investimentos estrangeiros no Brasil. Segundo ele, a reforma resolveu um problema de décadas ao reparar a disfuncionalidade da tributação sobre o consumo no país.

Em relação à regulamentação da **reforma tributária**, cujos projetos deverão ser enviados na próxima semana ao Congresso, o ministro disse que o detalhamento das regras não "estragará" a reforma constitucional. Haddad afirmou que o Brasil terá um sistema tributário de primeiro mundo a partir de 2027.

Também presente ao evento, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, apresentou um diagnóstico sobre a América Latina. Apesar do desafio de reduzir a imensa desigualdade social no continente, ele disse que a transição ecológica representa uma "janela de oportunidade" para a região. Goldfajn elogiou iniciativas como o hedge (instrumento de proteção cambial) verde, lançado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28), em Dubai.

Finanças sustentáveis

Em evento paralelo às reuniões desta semana, Haddad debateu a importância de instrumentos e plataformas que financiem iniciativas de transição ecológica. Na abertura do evento, o ministro destacou a importância do compartilhamento das experiências de países como o Brasil para avançar nas políticas de

economia sustentável.

Segundo Haddad, o Brasil tem pioneirismo na área e está encontrando caminhos importantes. No entanto, a troca de experiências é fundamental para que os países possam fazer a transição ecológica em grande escala.

O enviado especial da Organização das Nações Unidas para a Ação do Clima, Mark Carney, elogiou a consistência e a estruturação do plano de transição ecológica apresentado durante a presidência brasileira do G20. Ele defendeu reformas radicais no financiamento internacional para o meio ambiente, para que os países tenham recursos para executar esses planos.

O evento paralelo foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 em parceria com o Instituto Clima Sociedade, o Wilson Center e o Brazil Institute.

Agenda

Nesta quarta-feira (17), Haddad participa de alguns eventos paralelos à reunião do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana. No primeiro compromisso, às 9h (horário local), na sede do Banco Mundial, o ministro tem presença confirmada no painel "A força tarefa da fome", que visa a engajar líderes globais na luta contra a insegurança alimentar. Participarão ainda representantes dos Estados Unidos, da União Africana, Noruega e África do Sul.

Às 10h30, Haddad estará em uma discussão sobre tributação internacional, durante evento organizado em parceria entre Brasil e França, na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI). O tema ganhou destaque na reunião do G20 realizada em São Paulo, em fevereiro.

À tarde, o ministro, participa das reuniões da cadeira brasileira do Banco Mundial e do FMI. À noite, às 18h30, irá a um jantar oficial de trabalho do G20, na sede do FMI.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/haddad-explica-reforma-tributaria-empresarios-nos>

estados-unidos

Tebet diz que arcabouço fiscal é maior do que meta

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, defendeu ontem que a mudança da meta de resultado primário pelo governo federal não muda a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal, que segue tendo como "grande núcleo" de funcionamento a vinculação do crescimento das despesas a uma proporção de até 70% da expansão na receita.

"A grande trava em relação às despesas não está na meta, que aliás, nem está no arcabouço, está na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que enviamos ao Congresso", disse. "O núcleo do arcabouço, e que não temos intenção de mudar, é que a despesa vai crescer até 70% do aumento da receita e no máximo 2,5% ao ano", acrescentou.

Na avaliação dela, isso faz com que, mesmo em um cenário de mudança, a sustentabilidade seja atingida. "Ainda que tenhamos que entender um pouco mais de tempo por conta da mudança de meta, vamos garantir a sustentabilidade da dívida a partir de 2027", frisou, reforçando que a importância de ambiente econômico seguro e sem aumento de juro. A ministra rebateu críticas ao governo por ter sido "muito tímido" na revisão de gastos em políticas públicas.

Segundo ela, sua pasta está avaliando a revisão de gastos em diversas frentes, mas que ainda não foram colocadas na última versão da do PLDO.

REVISÃO

Governo revisou a meta de superávit primário do ano que vem de 0,50% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para um resultado primário neutro.

Para 2026, passou de saldo de 1,00%, estimado no arcabouço, para 0,25%.

O objetivo de 2027 é de primário positivo de 0,50% e de 2028, de 1,00%.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-d5a24856959a183b69834f99fad86e5d.pdf

Mudanças podem gerar custos ao governo

MARCO AURÉLIO NEVES

Economistas do meio acadêmico e do mercado financeiro avaliam os custos que as mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 podem implicar na capacidade do governo federal de manter o equilíbrio fiscal. A intenção é alcançar o déficit zero neste ano e no próximo, além de um superávit de 0,25% em 2026. Mas a projeção do próprio governo, mantido o quadro atual, é de rombos fiscais durante todo o governo Lula 3.

A equipe econômica de Lula (PT) enxerga que as metas fiscais serão atingidas nos próximos anos por estarem dentro da banda de tolerância em relação à meta, de 0,25 ponto percentual (p.p.) do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos. Com as mudanças, o governo poderá ter um espaço de R\$ 161 bilhões para gastos públicos nos dois anos.

A professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Clara Brenck, diz que o mercado já avaliava as metas anteriores do governo otimistas demais.

Neste sentido, a especialista considera o ajuste na LDO mais realista, ainda que o déficit zero em 2024 continue muito ambicioso. A questão principal será como alcançar esse objetivo, que vindo dos gastos sociais representará um custo econômico e político para o governo.

Se por um lado, revisar a LDO é prejudicial por mexer na confiança do mercado, por outro, afirma Clara Brenck, o cenário será pior caso o governo não cumpra o estabelecido. "Vejo como positiva essa revisão, para no futuro garantir o cumprimento da meta. É melhor rever a meta e cumprir, do que não rever e não cumprir", avalia.

A professora, também pesquisadora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a situação não ameaça o arcabouço fiscal, mas expõe sua limitação pela dependência da arrecadação. "A partir do momento que o governo teve uma arrecadação frustrante recentemente e decide mudar metas, evidencia essa limitação do arcabouço, que torna todo o orçamento enrijecido, numa medida que não é de controle do governo", explica.

Mercado financeiro aguarda clareza das medidas

Já para o economista de uma assessoria de investimentos, Carlos Lopes, a leitura feita pelo mercado financeiro é que as mudanças na LDO sinalizam que o governo federal continuará a gastar mais do que arrecada. Assim, a **inflação** pode ser pressionada, o que ocasionará em uma taxa de juros mais alta.

"Se o governo está calcado em fazer um déficit zero aumentando a receita, ele tem que indicar para o mercado de onde vai aumentar a receita. E as medidas que estão tentando adotar não garantem receita suficiente para ter um déficit zero", expressa Lopes.

O economista avalia que uma desaceleração dos gastos públicos pode ajudar no ajuste fiscal, mas que mesmo nesse sentido há outro desafio: o orçamento público engessado, principalmente pela **previdência social**. "Tem que ter outras reformas, a começar pela tributária. Não é a oitava maravilha do mundo, mas é melhor do que nada. Vai solucionar? Não. Mas já é uma iniciativa de austeridade, de responsabilidade. O mercado está dando crédito para essas iniciativas", ressalta.

Lopes revela que o investimento estrangeiro, além de afetado pelo cenário externo, é limitado para investir em países em grau especulativo, como o Brasil. Cenário que pode mudar, caso o governo sinalize responsabilidade na política fiscal e as agências de risco melhorem a classificação do País.

"Não sabemos exatamente se o banco central americano tem espaço nesse momento para abaixar os juros; não sabemos se o governo federal vai caminhar de mãos dadas com o mercado no sentido dessa austeridade fiscal; e não sabemos se o Banco Central (BC) vai ter condições de acelerar essa queda nos juros", finaliza. (MAN)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-17-04-2024/>

Fernando Haddad: "Essas coisas se acomodam depois"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que não vê razão para ruído no mercado financeiro em decorrência da mudança da meta fiscal para os próximos anos. O alvo de 2025 foi diminuído de um superávit de 0,5% do **PIB** para zero. Para este ano, foi mantida a meta de zero. Já a de 2026 caiu de 1% para 0,25%.

"O ajuste foi feito para, à luz do aprendizado de mais de um ano, nós estabelecermos uma trajetória que está completamente em linha com o que se espera no médio prazo de estabilidade da dívida", explicou a Haddad, a jornalistas em Washington, DC, nos Estados Unidos.

Quanto aos efeitos da mudança da meta no mercado, com o dólar se valorizando em relação ao real, ele atribuiu às más notícias no exterior, com a escalada dos conflitos no Oriente Médio, e disse que via razão para ruídos com os novos alvos do governo.

"Eu não vejo realmente razão. Estamos vendo a turbulência da semana e esta não é a primeira que o Brasil passa por um ambiente assim", acrescentou o ministro.

Haddad disse ainda que no governo de Jair Bolsonaro o dólar bateu R\$ 6,00 e a taxa de juro futura subiu "enormemente". "Essas coisas se acomodam depois", concluiu. (AE)

Site:

<http://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15504/17-04-2024.html?all=1>

Limite para compensar créditos avança no Congresso

A comissão mista que analisa medida provisória que limita a compensação de créditos tributários obtidos na Justiça por empresas aprovou ontem, de forma simbólica, parecer do relator, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA). A próxima etapa é a votação nos plenários da Câmara e do Senado. O parlamentar manteve o texto original proposto pelo governo.

As compensações tributárias judiciais funcionam como uma espécie de encontro de contas: as companhias ganham o direito de usar os **tributos** pagos indevidamente, segundo decisão do juiz, como "crédito" para abater de **impostos** que ainda têm a pagar ao Fisco. No fim de 2023, porém, o governo mudou essa legislação por meio de uma MP.

O texto elaborado pela equipe econômica prevê um parcelamento para empresas compensarem créditos tributários com o Fisco no caso de montantes a partir de R\$ 10 milhões.

A Fazenda defende que essa norma traz previsibilidade ao Orçamento público.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ibovespa empaca e B3 segue na lanterna das Bolsas mundiais - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Uma grande decepção. É assim que o mercado financeiro define o desempenho do Ibovespa, o principal índice da Bolsa brasileira, em 2024.

Com resultados piores do que a maior parte das Bolsas globais, inclusive quando comparado com índices de outros países emergentes, o indicador da B3 segue em queda livre neste ano. Para se ter ideia, o Ibovespa iniciou 2024 aos 134 mil pontos. Ontem, após mais um dia de decepção do mercado com a agenda econômica do governo Lula, o índice fechou aos 124 mil pontos, um tombo que, ao longo do ano, pegou de surpresa até os mais pessimistas. Os investidores seguem preocupados com o descontrole fiscal do Brasil, que poderá levar ao aumento do endividamento do país e a um novo quadro inflacionário. Apesar dos temores, bancos e analistas acreditam que o Ibovespa poderá chegar a dezembro resvalando na marca dos 140 mil pontos. Por enquanto, isso parece um sonho distante.

Real cai mais até do que o peso argentino Um fantasma ronda a economia brasileira: a alta do dólar. Nos últimos três meses, o real desabou quase 8% em relação ao papel americano. É muita coisa.

Para efeito de comparação, o peso argentino caiu 6% no mesmo período. Perdemos até para a lira turca, que tombou 7%. Apenas ontem, o dólar subiu 1,64%, cotado a R\$ 5,27. O acirramento dos conflitos no Oriente Médio é uma das razões que explicam a disparada, mas o cenário fiscal turbulento no Brasil também tem ajudado a depreciar o real.

Coca-Cola abandona mercado de laticínios no Brasil Um movimento surpreendente marcou o mercado brasileiro de laticínios nos últimos dias: a Coca-Cola decidiu vender a marca brasileira Verde Campo, deixando assim o setor no país.

A compradora é a Laticínios Porto Alegre, que pertence à holding suíça Emmi Group.

O valor da negociação não foi revelado. Com sede em Lavras, Minas Gerais, a Verde Campo integrava o portfólio da Coca-Cola no Brasil desde 2015. Entre seus produtos estão iogurtes, queijos e bebidas derivadas de leite.

Nubank amplia investimentos no México Poucos bancos digitais cresceram tanto nos últimos anos quanto o Nubank. A julgar pela agenda agressiva de investimentos, novas marcas serão alcançadas. Desta vez, a instituição brasileira anunciou um aporte de US\$ 100 milhões na subsidiária no México.

O país se tornou prioritário para o Nubank: são 5,5 milhões de clientes que usam por lá produtos financeiros como cartão de crédito, conta corrente e empréstimos pessoais. Nos últimos anos, o banco investiu US\$ 1,4 bilhão na operação mexicana.

"Se este fosse um governo perdulário que quisesse gastar de forma desmedida, eu não estaria no ministério do Planejamento e Orçamento" Simone Tebet, ministra

2,2% é quanto vai crescer o **PIB** do Brasil em 2024, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). A projeção anterior estava em 1,7%

RAPIDINHAS

A montadora americana de máquinas agrícolas Case IH fará da unidade em Sorocaba, no interior de São Paulo, um polo global de produção de colheitadeiras da marca. Para isso, a empresa investiu R\$ 100 milhões na modernização e ampliação do espaço que tem capacidade para fabricar 3,6 mil máquinas por ano.

A Netflix aposta agora nas transmissões esportivas. A empresa de streaming vai exibir a luta entre a boxeadora irlandesa Katie Taylor e a porto-riquenha Amando Serrano pelo título mundial das superleves, em uma estratégia para diversificar sua atuação.

O evento será realizado em julho, nos Estados Unidos.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis autorizou a Biopower, produtora de biodiesel do grupo JBS, a introduzir uma novidade no país: o primeiro ponto de abastecimento 100% voltado para o biodiesel. Localizado no complexo industrial de Lins (SP), o "bioponto" abastecerá a frota de caminhões da JBS.

Uma comitiva liderada pela Associação dos

Produtores de Feijão, Pulses, Grãos Especiais e Irrigantes de Mato Grosso desembarca, em 19 de abril, no estado americano de Nebraska para conhecer as técnicas de irrigação usadas na região. A proposta é convencer autoridades sobre a importância da ampliação da área irrigada para conter prejuízos causados pela seca.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5853/17-04-2024.html?all=1>

FMI vê "pouso suave" da economia global, com crescimento estável

Luiza Palermo

Contrariando as expectativas pessimistas, a economia global segue mostrando uma notável resiliência, com um crescimento firme, embora desigual, e com a **inflação** desacelerando rapidamente, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), que divulgou hoje seu mais recente relatório "World Economic Outlook" (WEO). No entanto, o documento alerta para os desafios que persistem, como a crescente divergência no ritmo de crescimento entre os países e a necessidade das autoridades se manterem alertas para a **inflação**, ainda acima das metas na maioria das economias.

O FMI estima que o crescimento global neste ano e no próximo ano se manterá estável em 3,2%-o dado deste ano foi revisado para cima em 0,1 ponto percentual. Apesar dessa melhora, o FMI alertou que os elevados custos de financiamento e a retirada do apoio fiscal pesam sobre o crescimento no curto prazo, enquanto as perspectivas a médio prazo continuam a ser as mais fracas em décadas devido à baixa produtividade e às tensões comerciais globais.

"A economia global continua a demonstrar uma resiliência notável, com o crescimento se mantendo estável e a **inflação** em queda, mas ainda há muitos desafios pela frente", disse Pierre-Olivier Gourinchas, economista-chefe do FMI. "A maioria dos indicadores continua a apontar para um pouso suave", acrescentou ele.

Ainda assim, Gourinchas observou que o progresso contra a **inflação** parece ter "estagnado" até agora este ano e que o ritmo dos aumentos de preços dos serviços, como cuidados de saúde e reparação de automóveis, tem se mostrado especialmente persistente.

O FMI prevê que a mediana da **inflação** global cairá para 2,8% no fim de 2024, de 4% no ano passado, e para 2,4% em 2025, com as economias avançadas retomando às suas metas de **inflação** mais cedo do que as economias emergentes e em desenvolvimento.

Mas uma potencial escalada do conflito no Médio Oriente após o ataque de foguetes e drones do Irã contra Israel poderá ter um "forte efeito" na limitação do crescimento, disse Gourinchas, acrescentando que

isso levaria a um aumento nos preços do petróleo e na **inflação**, desencadeando uma política monetária mais restritiva por parte dos bancos centrais.

Os governos dos EUA e aliados estão preparando uma nova rodada de sanções contra o Irã que poderão limitar sua capacidade de exportar petróleo. O "cenário adverso" do WEO descreve uma escalada no Médio Oriente que levaria a um aumento de 15% nos preços do petróleo e os custos de transporte mais elevados aumentariam a **inflação** global em cerca de 0,7 pontos percentuais.

No mais recente WEO, o FMI observa que a expansão global está sendo impulsionada por um crescimento inesperadamente forte dos EUA. A maior economia do mundo está caminhando para crescer ao dobro da taxa de qualquer outro país do G-7 (grupo das maiores economias ricas) este ano. O Fundo estima um crescimento de 2,7% este ano da economia americana, um aumento de 0,6 ponto percentual em relação a previsão de janeiro.

"O forte desempenho recente dos Estados Unidos reflete um crescimento robusto da produtividade e do emprego, mas também uma forte demanda numa economia que continua sobreaquecida", observa Gourinchas.

O FMI espera uma modesta recuperação da zona do euro da baixa taxa de crescimento de 0,4% no ano passado para 0,8% este ano e para 1,5% em 2025. Para a Alemanha, o ritmo de recuperação foi revisado para baixo em 0,3 ponto percentual tanto em 2024 quanto em 2025, para 0,2 e 1,3%, respectivamente, em meio a um sentimento do consumidor persistentemente fraco.

Para os mercados emergentes e em desenvolvimento, espera-se que o crescimento seja estável em 4,2% em 2024 e 2025, refletindo a desaceleração das economias da Ásia. O FMI projeta que o crescimento da China deve desacelerar de 5,2% em 2023 para 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025, com o fim do efeito positivo de fatores pontuais, como a retomada do consumo pós-pandemia e estímulos fiscais, em meio à persistente fraqueza no setor imobiliário.

"A economia da China continua afetada pela recessão no seu setor imobiliário", observa Gourinchas,

acrescentando que o inflar e desinflar do crédito nunca se resolvem rapidamente. "A demanda interna permanecerá fraca, a menos que medidas fortes abordem a causa profunda. Com a demanda interna reprimida, os excedentes externos poderão muito bem aumentar. O risco é que isto exacerbe ainda mais as tensões comerciais num ambiente geopolítico já tenso." (Com agências internacionais)

"A maioria dos indicadores aponta para um pouso suave"

Pierre-Olivier Gourinchas

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1§ion=1)***

Para FMI, ainda há risco de choques inflacionários (Editorial)

A **inflação** está acima das metas dos bancos centrais em boa parte dos países - com destaque para Estados Unidos e Europa-, e, pior ainda, por várias medidas, os índices pararam de recuar desde janeiro. A economia global não escapou ainda do risco de choques inflacionários, adverte o Relatório Financeiro Global do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado ontem junto com o Panorama da Economia Mundial. Ainda que o cenário traçado pelo FMI seja positivo, em geral, no curto prazo é essa advertência que está causando uma reavaliação dos preços dos ativos pelos investidores nos mercados financeiros. Os riscos para a economia global estão hoje equilibrados, depois de uma longa série de relatórios que o apontavam como mais inclinados à piora das condições econômicas. O rebalanceamento dos desequilíbrios fiscais, porém, tende a reduzir em alguma medida o crescimento.

O FMI constata que há elevada incerteza a respeito da trajetória dos juros, o que está agitando agora os mercados financeiros. Uma das consequências possíveis é que os investidores reajam atabalhoadamente ao encurtamento do diferencial de juros vigentes nas economias desenvolvidas e emergentes. Os países emergentes tenderão a sofrer pressões externas maiores se esse gap cair abaixo do que está sendo avaliado hoje nos preços dos ativos, o que tenderá a ocorrer se os países ricos mantiverem taxas de juros mais altas por mais tempo para derrubar uma **inflação** que resiste a cair.

O Fundo assinala que os investidores estão prestando mais atenção à sustentabilidade fiscal de médio prazo, e uma prova disso é que os bônus soberanos em moedas locais dos países emergentes estão com rendimentos no nível superior de sua variação histórica em termos nominais. "Esses rendimentos podem continuar elevados nos próximos anos, com os investidores exigindo compensação adicional", isto é, prêmios de risco maiores, para não abandonar papéis menos seguros em relação a títulos americanos.

A perspectiva é de que a política monetária possa continuar apertada por mais tempo, e talvez seja acompanhada, depois de muitos anos, por uma política fiscal menos pródiga. Foi o fato de seguirem direções contrárias uma das razões para a atual resistência inflacionária. Em bases trimestrais anualizadas, os índices de preços ao consumidor pararam de cair desde janeiro, e, no caso dos núcleos,

houve até alta. O FMI acredita que tanto o Federal Reserve (Fed) quanto o Banco Central Europeu agirão no segundo semestre para reduzir os juros. No primeiro caso, a taxa cairá de 5,4% para 4,6%; no segundo, de 4% para 3,3%.

O Fundo julga que o balanço de riscos para a economia global está equilibrado. Do lado negativo existe a possibilidade de um salto nos preços das commodities (os conflitos geopolíticos estão se acentuando, mesmo depois dos estragos provocados pela invasão da Ucrânia pela Rússia) e de a **inflação** persistir longe das metas por um tempo maior que o previsto. Juros altos por mais tempo podem esfriar o mercado imobiliário e trazer pressão sobre compradores já altamente endividados, causando importante estresse financeiro, algo que já se observa no mercado de imóveis comerciais nos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. A claudicante recuperação da China é outro motivo que pode diminuir a taxa de crescimento global. A cisão entre EUA e China, com fragmentação das cadeias produtivas, joga na mesma direção. A previsão é de que o comércio mundial, em decorrência, cresça 3% em 2024 e 3,3% no ano que vem, muito abaixo da média de 4,9% que prevaleceu nas últimas décadas (2000-2019).

Entre as possibilidades positivas estão, obviamente, a **inflação** passar a cair agora mais rapidamente do que tem feito, com afrouxamento correspondente da política monetária, ao lado de um aumento da produtividade pelos efeitos da Inteligência Artificial.

A economia global provou-se resistente e conseguiu atravessar um período de juros altos sem precedentes em décadas, evitando a recessão. O crescimento global estimado será de 3,2% em 2024 e 2025, abaixo da média de duas décadas de 3,8%. "As perspectivas de médio prazo para o crescimento e o comércio se mantêm como as menores em décadas, reduzindo o ritmo de convergência para padrões mais altos de bem-estar dos países de renda média e baixa", registra o relatório.

A economia mais forte é a americana, que crescerá o dobro da taxa dos países mais ricos do G7 em 2024, 2,7%, para desacelerar a 1,9% em 2025. O FMI estima que a instância fiscal dos EUA não é sustentável a longo prazo. O país cresce acima de sua

capacidade, com um hiato do produto positivo de 0,7%, um dos pontos que explicam a persistência da **inflação** acima da meta.

O Brasil melhorou um pouco nas estimativas do Fundo.

Ele deverá crescer 2,2% em 2024 e 2,1% em 2025, em ambos os anos abaixo da média dos países emergentes, de 4,2%. O FMI calcula que para estabilizar a dívida pública até 2029 o país precisaria fazer ajuste equivalente a 2% do **PIB**. O governo brasileiro anunciou suas metas fiscais para os próximos quatro anos e elas estão a uma boa distância disso - o alvo é um superávit de 1% do **PIB** apenas em 2028.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1§ion=1)**

FMI eleva previsão de crescimento do Brasil

(Paulo Renato Nepomuceno e Alexandra Bicca, especial para O GLOBO)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou a perspectiva para o crescimento do Brasil em 2024, de 1,7% para 2,2%. O dado consta da nova edição do Panorama Econômico Mundial, divulgado ontem na reunião de primavera de FMI e Banco Mundial. Com isso, o Brasil sobe uma posição no ranking das economias globais, para a 8-.

A previsão do FMI é que o **PIB** brasileiro, ao fim de 2024, some US\$ 2,331 trilhões -ultrapassando a Itália, cuja economia será de US\$ 2,328 trilhões.

O Fundo também melhorou suas projeções para 2025, de 1,9% para 2,1%.

Segundo o relatório, o desempenho do **PIB** brasileiro reflete "a consolidação da política fiscal e os efeitos da política monetária restritiva." Em Washington para a reunião de FMI e Banco Mundial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ressaltou que o governo brasileiro também projeta crescimento de 2,2% este ano, "mas com um pequeno viés de alta". E afirmou: - Acredito que o FMI vai ser obrigado a rever para melhor.

O Fundo também melhorou sua projeção para a economia americana este ano, de 2,1% para 2,7%. Isso puxou a melhora no crescimento global, que passou de 3,1% para 3,2%.

Mas o FMI alertou que boa parte dessa expansão dos EUA resulta de um elevado endividamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crescimento está "mais estruturado", mostra Monitor do PIB

Rafael Rosas

O resultado de fevereiro do Monitor do **PIB**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), mostra que a economia do país cresce de forma "mais estruturada" que no ano passado. Para Juliana Trece, economista e coordenadora da pesquisa, a tendência para o ano é de um consumo mais forte, impulsionado por juros e endividamento menores.

Em fevereiro, o Monitor do **PIB** apontou um avanço de 0,8% na economia do país frente ao mês anterior. Os dados anuais mostram um crescimento de 3,5% frente a fevereiro do ano passado, com alta de 3% em 12 meses e de 3,3% no trimestre móvel inte-ranual terminado em fevereiro.

Na comparação de fevereiro com janeiro, Trece destaca as altas de 0,7% do consumo das famílias e de 4,7% da formação bruta de capital fixo (FBCF), que mede os investimentos na economia.

"O crescimento está mais estruturado, principalmente se compararmos com o ano passado, que foi muito puxado pelo agro", diz Trece. "O investimento está voltando, ainda em nível baixo, mas recuperando. E há uma perspectiva boa com a queda de juros. Embora a expectativa seja de crescer menos neste ano, esse crescimento está bem melhor do que foi [em 2023], pois está mais estruturado." Trece frisa que, do lado da oferta, os serviços crescem acima das projeções, com alta de 0,4% em fevereiro ante janeiro, enquanto a indústria teve um leve recuo de 0,1% em fevereiro frente a janeiro - quando havia caído 2,6% ante o mês anterior-, mas permanece em patamar superior a 2023. Assim como a exportação, apesar a queda de 9,8% ante janeiro.

"A indústria e a exportação podem mostrar dificuldade de crescer na ponta, mas avançam na comparação com 2023", diz a economista, que destaca que a queda de 0,1% da indústria em fevereiro está próxima da estabilidade.

Ela lembra que o setor de serviços mostra avanço em praticamente todas as atividades, o que ainda não acontece na indústria, que é um setor muito atrelado aos juros. "Mas a tendência é que isso melhore ao longo do ano", afirma.

Em termos de perspectiva, a economista acredita em um 2024 com o consumo em alta, uma vez que a expectativa é de juros menores e do efeito de programas de equacionamento de dívidas - como o Desenrola - já com efeitos positivos não apenas para a queda do endividamento, mas também da inadimplência.

Além disso, lembra ela, o ano eleitoral, com pleitos municipais em outubro, contribuiu para segmentos como a construção civil, o que também pode beneficiar diversos setores da economia, inclusive os investimentos.

Sobre riscos ao cenário atual, Trece cita os possíveis desdobramentos do ataque do Irã a Israel, mas pondera que, por enquanto, esse efeito "não parece claro". Em caso de escalada das tensões a ponto de um conflito real, as consequências mais imediatas para a economia brasileira podem ser nas exportações e no câmbio.

Trece argumenta que, uma alta do dólar poderia influenciar negativamente a importação de bens intermediários, que tem aumentado e é importante para o crescimento da indústria e dos investimentos no país.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1§ion=1>

PIB do Brasil será o 8º do ranking mundial, prevê FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou sua projeção para a economia brasileira.

A estimativa é que o **PIB** do país avance 2,2% este ano e 2,1% em 2025. Antes, as estimativas eram de 1,7% e 1,9%, respectivamente. Na nona posição, Brasil seguirá como 8º no ranking até 2029.

PROJEÇÕES BRASIL

Ao fim de 2024, a previsão é que o **PIB** brasileiro somará US\$ 2,331 trilhões, ultrapassando a Itália, cuja economia terá um tamanho de US\$ 2,328 trilhões. A Índia deve ultrapassar a Alemanha como terceiro maior **PIB** do mundo em 2027.

NO MUNDO

A perspectiva para o crescimento mundial registrou aumento DE 3,2%.

Site: <https://www.jornalmeio.com>

FMI faz alerta sobre desinflação estagnada

Sérgio Tauhata De São Paulo

O processo de desinflação nas principais economias globais pode ter começado a se estagnar, afirma o capítulo 1 do Relatório de Estabilidade Financeira Global (GFSR), elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O órgão alerta para o risco de que, conforme os índices de preços se mostrem mais elevados, a narrativa de "última milha" da **inflação** seja colocada em xeque.

"Existem evidências recentes de que a desinflação pode ter se estagnado em alguns países e que a **inflação** subjacente pode ser persistente em alguns setores", afirmam os técnicos do organismo internacional. "A estagnação da desinflação poderá surpreender os investidores, que estão cada vez mais convencidos de que a batalha contra a **inflação** já foi vencida e as taxas baixas prevalecerão de novo." O documento faz a ressalva de que "em alguns países, o núcleo da **inflação** foi superior às previsões dos analistas durante meses consecutivos". Para os especialistas do FMI, "leituras mais elevadas do que o esperado poderão desafiar a narrativa da última milha, conduzindo potencialmente a uma reavaliação dos preços no mercado financeiro e a uma maior volatilidade".

Uma mudança súbita de sentimento dos investidores pode afetar, especialmente, o mercado global de dívida. Segundo o FMI, "as vulnerabilidades da dívida Relatório aponta risco de narrativa de "última milha" ser posta em xeque e surpreender investidores continuam a crescer, com os setores público e privado em muitos países tendo contraído empréstimos pesados, embora as taxas de juro ainda estejam elevadas e o crescimento econômico provavelmente não acelere".

O GFSR lembra que "um sentimento de otimismo permeou os mercados financeiros, num contexto de confiança de que os BCs irão flexibilizar a política monetária nos próximos meses". O fundo ressalta que, diante destas expectativas, "os mercados de ações em todo o mundo subiram substancialmente e os "spreads" [retorno acima do custo de oportunidade] de empréstimos corporativos e soberanos diminuíram". Além disso, "as moedas e os fluxos de capitais dos principais mercados emergentes permaneceram resilientes, enquanto vários mercados fronteiriços recuperaram o acesso ao financiamento internacional".

A perspectiva de um desafio maior que o esperado

para os BCs globais, especialmente o Federal Reserve (Fed, dos EUA), conseguirem completar a missão de controle sustentado de preços pode aumentar a aversão à tomada de risco. Junto a essa questão, os especialistas do fundo ressaltam existirem outros obstáculos, como as tensões geopolíticas, vulnerabilidades na China e no setor imobiliário comercial nos EUA.

Após uma rápida desaceleração mundial, a **inflação** divergiu mais recentemente entre os países. "Os dados deste ano mostram que a **inflação** subjacente acelerou nos três meses mais recentes, em comparação com os três meses anteriores, numa série de grandes economias avançadas e emergentes." O relatório de estabilidade financeira ressalta que, nas economias com **inflação** persistente e acima da meta, "os BCs não devem relaxar as condições muito cedo para evitar ter de recuar mais tarde e devem resistir às expectativas excessivamente otimistas quanto à flexibilização".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845>

FMI estima 3,2% de crescimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento de 3,2% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial, tanto em 2024 como em 2025. O percentual é o mesmo observado também em 2023.

De acordo com o informe Perspectivas da Economia Mundial, divulgado ontem pela entidade, o Brasil crescerá 2,2% em 2024 e 2,1% em 2025.

Segundo o informe, colaboram para o resultado mundial a desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento (4,3% em 2023 a 4,2% em 2024 e 2025), associada à "ligeira aceleração" das economias avançadas (1,6% em 2023; 1,7% em 2024 e 1,8% em 2025).

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-d5a24856959a183b69834f99fad86e5d.pdf

Projeção para PIB é elevada

Expectativas de queda da **inflação** e otimismo com a economia do país. Este é o cenário projetado pelo mercado financeiro, segundo o boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central.

Com relação ao **PIB**, é a nona semana seguida de alta nas estimativas, com o mercado esperando crescimento de 1,95% em 2024.

Na semana passada, esperava-se que a economia cresceria 1,9% no ano, e, há quatro semanas, a expansão estava em 1,8%. Para os anos subsequentes, a previsão é estável há diversas semanas em 2% para 2025, 2026 e 2027.

O mercado financeiro projeta uma **inflação** de 3,71% ao final de 2024, percentual abaixo do projetado há uma semana (3,76%). Há quatro semanas, esperava-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - fecharia 2024 em 3,79%. A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo Banco Central. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para a Selic, cujas previsões anteriores estavam em 9% ao final de 2024, o mercado aumentou as estimativas para uma taxa de 9,13% este ano. As projeções se mantêm estáveis em 2025 (8,5%), 2026 e 2027 (8,5%). Com relação ao dólar, a estimativa passou de R\$ 4,95 para R\$ 4,97 no fim deste ano. Para o ano que vem, as projeções se mantêm estáveis há 14 semanas - em R\$ 5.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-d5a24856959a183b69834f99fad86e5d.pdf

Mudança para aumentar o rendimento do FGTS

O governo federal propôs ao Supremo Tribunal Federal (STF) a correção dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no mínimo, pela **inflação**. A proposta atende a parte do pedido feito na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.090, que discute a remuneração do fundo na Corte.

dinheiro dos cidadãos no fundo. O percentual, porém, não é fixo e é determinado pelo Conselho Curador do FGTS.

O julgamento do caso deverá ser retomado nos próximos dias. Pela solução encaminhada, a Advocacia-Geral da União (AGU) propõe correção de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), e distribuição do lucro, "com efeitos prospectivos", ou seja, futuros. Hoje, o fundo rende 3% ao ano mais TR, que tem ficado próxima de zero.

Foi acrescentado um mecanismo para contornar eventuais perdas. Nos anos em que a remuneração não alcançar a **inflação**, caberá ao conselho curador do FGTS determinar a forma de compensação. A proposta do governo faz parte de consenso entre o Ministério do Trabalho e as centrais sindicais, mas não contempla o pagamento dos valores retroativos e não atende ao pedido principal dos trabalhadores, que é afastar o uso da TR. O STF começou a julgar o caso no ano passado, mas o julgamento foi interrompido. A ação chegou à Corte em 2014, levada pelo partido Solidariedade. Nela, pede-se que a TR seja considerada inconstitucional e a Justiça adote algum índice de **inflação**, que pode ser o IP-CA-E (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial) ou o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Essa seria a solução para repor as perdas dos trabalhadores, calculadas em 90% entre 1999 - quando houve alteração no FGTS - e 2013, data de estudo encomendado pela Força Sindical. O governo confirma que a proposta é fruto de um consenso com as centrais e que o conteúdo busca "harmonizar" os interesses dos trabalhadores com as demais funções do Fundo.

"Até o presente momento, ressalta o documento [da AGU], o consenso entre as partes é restrito à forma de remuneração do FGTS em seus efeitos futuros, não abrangendo, portanto, os valores retroativos", diz o documento.

Desde 2017, a Caixa distribui parte dos resultados do FGTS aos trabalhadores, elevando a remuneração do

Mercado já revê projeção para Selic no fim do ano

JOÃO SORIMANETO, PAULO RENATO NEPOMUCENO E ALEXANDRA BICCA

Com a perspectiva de juros mais altos por mais tempo nos EUA e tensões no Oriente Médio, somadas às incertezas no front doméstico com as mudanças na meta fiscal, bancos e casas de análise já começam a rever suas projeções para a taxa básica de juros no fim do ano. As estimativas oscilam entre um cenário mais otimista, com a Taxa Selic chegando a 9,25%, a um quadro mais conservador, com juro de 10% ao ano.

Um dos poucos pontos de consenso é que o mercado avalia que o Banco Central deve confirmar a perspectiva de novo corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica em maio, o que levaria a Selic do patamar atual de 10,75% ao ano para 10,25% no mês que vem. Mas, a partir daí, os analistas se dividem entre os que apontam a perspectiva de um freio de arrumação do BC e os que apostam em redução do ritmo de cortes da taxa, para redução de 0,25 ponto.

Após o governo alterar as metas fiscais e adotar um ajuste mais frouxo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que as mudanças dificultam a condução da política monetária.

Em Washington, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adotou tom mais otimista no cenário doméstico: - O lado externo não está ajudando. O lado interno nós estamos corrigindo, corrigindo com diálogo no Executivo, com diálogo no Legislativo. Já que a questão está mais delicada, vamos neste momento repensar a estratégia e redefinir o papel de cada um para reestabilizar as expectativas.

CENÁRIO DESAFIADOR

Para Paulo Gala, economista do Banco Master e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o cenário incerto, a perspectiva no fim do ano é de juro a 9,5%: -É claro que as coisas estão mais complicadas. Com juro americano mais alto, o trabalho do BC fica mais difícil. E talvez isso possa causar desaceleração da queda da Selic para 0,25 ponto percentual na reunião seguinte (em junho).

Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, diz que se tornou

difícil cravar que a Selic ficará abaixo de 10%, considerando a turbulência no cenário doméstico e internacional. A possibilidade ainda existe, avalia, mas ficou mais difícil: -Acredito que em junho o BC vai desacelerar para 0,25 o ritmo, por conta da alta recente do dólar. Se a moeda americana se mantiver nesse patamar por um tempo mais longo, o que traz impacto para a **inflação**, então o BC tem justificativa para não mexer nos juros mais à frente. Se for apenas um ajuste cambial, e a moeda americana recuar, o juro continuará com queda de 0,25 ponto, até chegar ao final do ano em 9,25% ou 9,5%.

Um cenário global mais desafiador, com desinflação mais lenta, adiamento e redução dos cortes de juros em economias desenvolvidas e incertezas domésticas (com maior pressão em preços de serviços mais sensíveis ao desempenho do mercado de trabalho e expectativas desancoradas) limitarão de forma mais intensa os cortes de juros, escreveram os economistas do Itaú em relatório divulgado ainda antes da mudança na meta fiscal. Eles revisaram a projeção da Selic para o fim do ano de 9,25% para 9,75% e estimam que ela permanecerá neste patamar ao longo de 2025.

Para Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Investimentos, as projeções da taxa básica devem continuar a subir, pois a política monetária pode ser afetada pelo maior risco de deterioração fiscal. A Warren está em processo de revisão da Selic do fim do ano, de 9% para 9,75%.

Em **comunicado** ontem, o Citi alterou a posição de compra para neutra do Brasil na carteira dos mercados emergentes "dado o atual cenário fiscal". A instituição prevê a Selic no fim de 2024 em 10%, indicando que a próxima ata da reunião do Comitê de Política Monetária deve "refletir cautela, avaliando uma piora no balanço de riscos".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado já vê pouco espaço para BC fazer novos cortes na Selic em 2024

Matheus Prado, Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Investidores voltaram a adicionar prêmios de risco aos ativos locais ontem com a persistência de pressões externas e locais. As taxas dos contratos de juros futuros indicam que o mercado praticamente já não vê mais espaço para que o Banco Central (BC) continue a cortar a Selic em 2024. Enquanto isso, durante o dia o dólar bateu no maior patamar em mais de um ano e o Ibovespa fechou no menor nível desde novembro.

O dólar terminou a sessão com alta de 1,64%, a R\$ 5,2697, no maior nível de fechamento desde 23 de março de 2023. Na máxima do dia, a moeda americana chegou a R\$ 5,2873. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 disparou de 10,765% para 11,06% no ajuste; enquanto a do DI para janeiro de 2029 saltou de 11,315% para 11,60%. O Ibovespa recuou 0,75%, aos 124.388,62 pontos, seu patamar de fechamento mais baixo desde 14 de novembro.

As incertezas em relação a quando começará o ciclo de afrouxamento monetário nos Estados Unidos e a consequente reprecificação dos juros americanos seguem punindo ativos de risco. E os mercados locais ainda sofrem com a piora na percepção de risco interno, à medida que investidores exigem prêmios de risco mais elevados após o governo ter sinalizado que o ajuste fiscal será mais lento que o anteriormente anunciado.

Parte dessa piora já é refletida, inclusive, no comportamento do credit default swap (CDS) de cinco anos, medida usada para calcular as chances de calote externo. O CDS brasileiro começou o mês de abril em 137 pontos e, ontem, chegou a 161 pontos, maior nível desde novembro. Assim, no acumulado do mês, o risco Brasil exhibe uma alta de 17%, mais intensa que o movimento de outros mercados emergentes no mesmo período.

Adicionalmente, a ação inesperada do Banco do Povo da China (PBoC) de enfraquecer a defesa do yuan emitiu um sinal de dólar mais forte para o mercado. Não por acaso, a Indonésia promoveu uma intervenção no câmbio e a Coreia do Sul alertou sobre os riscos da depreciação da moeda.

O sentimento externo, assim, guiou os mercados e as moedas de países da América Latina sofreram de forma expressiva durante a sessão. No fim da tarde, o dólar saltava 2,06% contra o peso mexicano; subia 0,74% em relação ao peso chileno; e tinha alta de 0,84% ante o peso colombiano. Nessa linha, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou durante entrevista em Washington, nos EUA, que notícias externas ao Brasil explicam "dois terços" do que está ocorrendo como câmbio local.

Na avaliação do economista-chefe do Banco Fibra, Marco Maciel, o nível do câmbio atual, em torno de R\$ 5,25 por dólar, é um patamar de "overshooting" (exagero), com riscos superdimensionados. Em seus cálculos, acredita que, em situações extremas, especialmente derivadas de um agravamento do conflito no Oriente Médio, o dólar poderia ir a R\$ 5,45 ou R\$ 5,50. "Mas, no momento atual, para o nível dos juros americanos que temos visto hoje, o dólar a R\$ 5,25 me parece um exagero." Um valor justo para o câmbio, na visão de Maciel, estaria, neste momento, entre R\$ 5,05 e R\$ 5,10 por dólar. "Por que não R\$ 4,90 ou R\$ 5, como muitos no mercado ainda defendem? Porque aí entra a questão fiscal no Brasil. O mercado já tem números piores de resultado primário no futuro, mas a mudança nas metas de 2025 e 2026 faz diferença. É um pouco prematuro já apresentar um cenário desses. Por isso o mercado digeriu mal, pelo menos por agora. As coisas podem melhorar um pouco mais à frente, mas vejo um valor justo perto de R\$ 5,10", afirma.

O economista destaca, como fator essencial, o rumo dos juros nos EUA e a dinâmica dos Treasuries, os títulos do Tesouro americano, de curto prazo. Com as taxas americanas dos papéis mais curtos entre 4,9% e 5%, o dólar estaria mais consistente com o nível de R\$ 5,17. Já com os juros americanos um pouco mais baixos, com a taxa de dois anos caindo a 4,7%, seria possível o câmbio buscar o nível de equilíbrio projetado por Maciel.

No curto prazo, diz Leonardo Morales, sócio da SVN Gestão, a piora aguda dos ativos é provocada por um movimento de "stop loss" (limitação de perdas) nos Treasuries, até para gestores brasileiros que tinham posição montada na curva americana. Isso, em sua visão, gera um efeito cascata nos mercados locais, com fundos multimercado sofrendo e fazendo com que

gestores vendam outras posições. Pensando nesses produtos mais macro, diz, a bolsa ganha mais competição no curto prazo, já que a piora dos outros mercados pode criar pontos de entrada.

movimento de "stop loss" [limitação de perdas]"
Leonardo Morales

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845>

O executivo também opina que, quando ocorrem movimentos como o dos últimos dias, não é possível atribuí-los a uma só razão. "Depois da precificação fortemente otimista - que me pareceu exagerada na altura - de cortes de juros nos EUA neste ano não se materializar, o pêndulo do mercado está caminhando para o outro lado, o que também me parece extremado. A revisão da meta por aqui traz, obviamente, ruído adicional, mas vejo a dinâmica recente como algo muito mais técnico", diz, notando que sua visão é taticamente mais construtiva do que o que tem visto por parte de outros investidores.

Projeções para a Selic ao fim do ciclo de cortes têm sido revistas e, com a piora local, ganharam mais corpo. Enquanto isso, os preços de mercado praticamente anulam o espaço para que o BC continue a cortar a taxa em 2024.

Segundo o BTG Pactual, a deterioração do cenário externo e doméstico levará o BC a reduzir o ritmo de flexibilização monetária a partir da reunião de junho e a cortar a taxa básica de juros menos que o esperado. A projeção do banco para a Selic no fim deste ano passou de 9,5% para 9,75%, enquanto a expectativa para o juro em 2025 subiu de 8,5% para 9%.

Na mesma direção, o BNP Paribas espera agora uma Selic de 9,5% no fim do ano, de 9%. A revisão foi justificada pela piora nas perspectivas de **inflação** no ano corrente.

Já os preços de mercado embutem um cenário ainda mais restritivo para a taxa Selic no fim do ano, que, segundo a precificação extraída da curva de juros, pode encerrar 2024 em 10,5%. Isso indicaria que o Banco Central não realizaria o corte de 0,5 ponto percentual em maio, que foi sinalizado pelo Co-pom na reunião de março.

No contexto de piora do ambiente doméstico, o Citi encerrou a recomendação de apostar na queda do DI com vencimento para janeiro de 2025. "O BC mencionou os riscos fiscais como um fator importante para as perspectivas de **inflação** e taxas, especialmente porque a política fiscal teve um efeito importante na ancoragem da expectativa de **inflação**. Nesse sentido, estamos preocupados com a possibilidade de o BC voltar atrás em sua orientação futura para a reunião de maio e cortar menos de 0,5 ponto percentual", dizem os estrategistas do banco.

"Piora aguda dos ativos é provocada por um

Economistas veem risco para Selic e inflação com a disparada do dólar

BEATRIZ BULLA | COLABOROU ANTONIO PEREZ

O movimento de valorização do dólar nas últimas semanas - ontem, em novo dia de estresse no mercado, a moeda fechou cotada a R\$ 5,26, alta de 1,61%; é o maior valor desde 13 de março de 2023 - pode gerar uma pressão inflacionária no Brasil e, conseqüentemente, provocar a desaceleração do atual ciclo de cortes da Selic (a taxa básica de juros). A avaliação é de economistas ouvidos pelo Estadão, segundo os quais a aversão do investidor ao risco internacional e às incertezas sobre o ajuste fiscal no Brasil tendem a gerar impacto na economia brasileira e aumentar o desafio do governo Lula para entregar bons resultados econômicos.

Entre os principais fatores para a alta recente das cotações, estão a crescente percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) não deve cortar os juros tão cedo (o que fortalece a moeda em nível mundial); o receio de agravamento do conflito armado no Oriente Médio; e a decisão da equipe econômica de adiar o ajuste das contas públicas.

Pelo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 enviado ao Congresso, a previsão de superávit fiscal ficou só para 2026 - último ano do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (mais informações na pág. B2).

Em relatório enviado ontem a clientes, o banco BNP Paribas alterou sua projeção para o IPCA (o indicador oficial de **inflação** do País) e para a Selic no ano. No caso do índice de preços ao consumidor, a instituição prevê agora uma variação de 4%, ainda dentro da meta que tem de ser atingida pelo Banco Central (de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo), mas acima da estimativa anterior de 3,5% do banco.

Economista para o Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho afirma que pode haver pressão sobre os preços com impacto no IPCA e também aumento do custo para investir no País.

Num cenário como esse, o BC poderia ter menos espaço para mexer nos juros. O BNP passou a projetar uma Selic de 9,5% no fim do ano, ante 9% antes.

Felipe Salto, economistachefe da Warren Investimentos, também avalia que pode haver uma desaceleração no ritmo de cortes dos juros. "Como o BC brasileiro também olha para tudo isso (EUA e Oriente Médio), porque a economia é um sistema de vasos comunicantes, não dá para dizer que tudo está, hoje, como estava ontem. Mudou", afirma ele.

Com a alta de ontem - a quinta consecutiva -, o dólar passou a acumular uma valorização de 8,56% desde o início do ano. Durante o dia, a moeda chegou a bater em R\$ 5,28. Operadores relataram ainda uma forte saída de investidores estrangeiros da Bolsa de Valores (que voltou a fechar em queda, desta vez de 0,75%, aos 124,3 mil pontos), o que tem ajudado a pressionar o câmbio no chamado mercado futuro.

Mudança

Em relatório, o banco BNP Paribas aumentou de 9% para 9,5% a previsão para a Selic em dezembro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente e vice do Fed indicam que corte de juros deve demorar

BEN CASSELMANE E JIM TANKERSLEY

O presidente do Fed (o banco central americano), Jerome Powell, e o vice, Philip Jefferson, voltaram a indicar ontem que os cortes na taxa básica de juros no país devem demorar um pouco mais. Segundo eles, os dados da **inflação** nos últimos meses dão pouca margem para que a autoridade monetária inicie um ciclo de redução.

"Os dados recentes, claramente, não nos deram maior confiança e, em vez disso, indicam que é provável que demore mais do que o esperado para alcançar essa confiança", disse Powell, em evento em Washington.

Em outra conferência, Jefferson afirmou que o banco central deve estar preparado para adiar os cortes nos juros se os preços continuarem a subir.

"Embora tenhamos visto um progresso considerável na redução da **inflação**, a tarefa de trazer de forma sustentável o índice para a meta ainda não está concluída", disse.

Em dezembro, os diretores do Fed indicaram que poderiam cortar as taxas de juros pelo menos três vezes neste ano - hoje, a taxa varia de 5,25% a 5,50%, a maior desde 2001. A previsão foi mantida no mês passado, apesar de a **inflação** persistir longe da meta de 2% ao ano almejada pela autoridade monetária - com a alta de 0,4% em março, o índice em 12 meses chega a 3,5%.

Hoje, poucos agentes de mercado esperam que o Fed inicie o corte nas taxas de juros na próxima reunião, daqui a 15 dias. A maioria agora considera um corte em setembro, ou talvez até mais para o fim do ano.

EMPREGO. Além da persistente **inflação**, o mercado de trabalho aquecido coloca ainda mais dúvidas sobre o começo de um afrouxamento na política monetária americana. Com a taxa de desemprego baixa e consumidores gastando mais, o Fed passou a considerar que pode manter as taxas no atual patamar sem o risco de causar uma recessão na economia.

"A minha perspectiva básica continua sendo de que a **inflação** irá diminuir ainda mais, com a taxa básica mantida estável no seu nível atual, e que o mercado de trabalho permanecerá forte, com a procura e a

oferta de trabalho se reequilibrando", disse Jefferson. "É claro que as perspectivas ainda são bastante incertas e, se os dados disponíveis sugerirem que a **inflação** é mais persistente do que espero atualmente, será apropriado manter a atual política monetária restritiva por mais tempo", disse Jefferson.

Perspectivas

Mercado avalia que política monetária pode começar a ser afrouxada só a partir de setembro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado pode votar hoje PL que amplia jogos de azar no país

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado vai votar, nesta quarta-feira, dia 17, um projeto de lei que amplia os jogos de azar autorizados no Brasil.

A proposta foi dividida em 122 artigos e, entre eles, estão a definição dos tipos de sorteio que não configuram como jogo ou aposta; funcionamento de cassinos e bingos; legalização do jogo do bicho e online, além de permitir apostas em corridas de cavalo.

O projeto autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer, sob o limite de um cassino em cada Estado e no Distrito Federal, com exceção de São Paulo, que poderia ter até três cassinos. Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, o limite previsto é de dois cassinos.

Também poderão funcionar casas de jogos em embarcações marítimas e fluviais.

Cada cassino deverá comprovar capital social mínimo integralizado de, pelo menos, R\$ 100 milhões e poderá ser credenciado por 30 anos.

Além dos cassinos, se aprovada, a proposta estabelece que outras modalidades de jogos e apostas admitidas serão a prática e a exploração de bingo, videobingo, bicho, e online, além de apostas turfísticas, isto é, atividade na exploração de apostas em corridas de cavalos. O projeto dispõe, ainda que "a prática e a exploração de jogos e apostas poderão ocorrer em estabelecimento físico mediante a prévia obtenção, pelo interessado, dos atos de consentimento do poder público".

O texto define que será competência do Ministério da Fazenda regulamentar a exploração ou a organização de jogos de "habilidades mentais". Segundo texto, é de competência privativa da União formular a política de organização do mercado de jogos e apostas, bem como normatizar, supervisionar e fiscalizar a exploração da atividade no País, aplicando as penalidades cabíveis, como mostra o relatório do senador Irajá Silvestre Filho (PSD-TO).

No documento, Irajá afasta como "conceito jurídico indeterminado" o da ofensa à moral e aos bons costumes, usado como argumento contra os jogos de azar. Além de destacar que, mesmo na contravenção,

os jogos de azar já constituem uma "atividade econômica relevante" e, por isso devem ser regulamentados pelo Estado.

"O mercado de jogos de azar no Brasil é relevante, haja vista ter movimentado um valor entre R\$ 8,6 bilhões e R\$ 18,9 bilhões em 2014. Atualizando esse montante à taxa de **inflação** calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, o mercado de jogos de azar movimentaria de R\$ 14,34 bilhões a R\$ 31,5 bilhões em 2023", diz o senador.

Cada cassino deverá comprovar capital social mínimo integralizado de, pelo menos, R\$ 100 milhões

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?edicao=133277>

Dólar vai a R\$ 5,27, maior valor desde março de 2023

São Paulo - Em mais um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar fechou no maior valor em 13 meses. A bolsa de valores caiu pela quinta vez seguida e atingiu o menor nível desde novembro do ano passado. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,27, com alta de R\$ 0,08 (+1,64%). A cotação abriu em R\$ 5,21 e subiu ao longo de toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 12h, chegou a R\$ 5,28.

O dólar segue afetado por temores do mercado sobre a indefinição da meta fiscal do Brasil, o adiamento das apostas de cortes de juros nos EUA e o aumento das tensões no Oriente Médio. Foi a quinta alta consecutiva da moeda norte-americana, que fechou no valor mais alto desde 23 de março do ano passado. Apenas nos últimos cinco dias, a moeda subiu 5,23%, sem que o Banco Central tenha intervindo no câmbio por meio de operações de swap (venda de dólares no mercado futuro).

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 124.389 pontos, com queda de 0,75%. O indicador está no patamar mais baixo desde 13 de novembro. Em 2024, o índice recua 7,3%.

Mais cedo, a Petrobras chegou a operar em queda, mas virou para alta conforme os preços do petróleo Brent se recuperaram. Investidores também repercutiram ontem um pronunciamento do presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), Jerome Powell, que afirmou que os últimos dados mostram uma **inflação** mais forte que o esperado nos Estados Unidos. Segundo ele, o Fed provavelmente precisará de mais tempo para ter confiança de que a **inflação** está caminhando para a meta de 2%.

"Os dados recentes claramente não nos deram maior confiança e, em vez disso, indicam que provavelmente levará mais tempo do que o esperado para alcançar essa confiança", disse Powell, durante um evento realizado no The Wilson Center, em Washington. Quanto menos o Fed cortar os juros diante de uma economia resiliente, melhor para o dólar, que se torna mais atraente para investidores estrangeiros quando os rendimentos oferecidos pelo mercado norte-americano ficam mais altos.

Os principais fatores que provocaram turbulências são

externos. O agravamento das tensões entre Irã e Israel e o aquecimento da economia norte-americana fizeram o dólar subir em todo o planeta. Embora a construção de moradias nos Estados Unidos tenha desacelerado, novas falas do presidente do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano), Jerome Powell, criaram tumulto. Nesta terça, ele disse que os dados recentes de **inflação** diminuem a confiança de o Fed começar o corte de juros.

"dois terços"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atribuiu "dois terços" da alta do dólar ao cenário externo e não apenas à revisão da meta fiscal para o próximo ano, de um superávit de 0,5% para zero. "Eu estou acompanhando, evidentemente, junto ao Tesouro e ao Banco Central o que está acontecendo. Está havendo reprecificação de ativos no mundo inteiro. Hoje, por exemplo, o peso mexicano está sofrendo mais do que o real brasileiro. Indonésia também", disse Haddad a jornalistas em Washington (EUA), onde chegou na manhã de ontem para participar de encontros do FMI, Banco Mundial e G20.

Haddad atribuiu o cenário turbulento a dados de atividade dos EUA, como a **inflação** ainda persistente, e o conflito no Oriente Médio e seu potencial impacto no preço do petróleo. "Tem muita coisa que está fazendo com que o mundo esteja atento ao que está acontecendo nos Estados Unidos e o dólar está se valorizando frente às demais moedas. Eu diria que isso não explica tudo o que está acontecendo no Brasil, mas explica dois terços do que está acontecendo no Brasil", afirmou.

Questionado se o terço restante poderia ser atribuído à revisão da meta fiscal, o ministro disse que acredita que é preciso "explicar melhor" o que vai acontecer com as contas públicas brasileiras. "Nós queríamos antecipar o quanto antes o equilíbrio fiscal. Mas nós estamos numa democracia e estamos negociando as medidas com o Congresso", disse.

Sem mencionar explicitamente derrotas recentes do governo no Legislativo, Haddad afirmou que a Fazenda precisa "negociar todas as medidas, caso a caso e, em geral, com perdas". "Na negociação, sempre a Fazenda acaba ficando desfalcada de algum pedaço que era importante para o fechamento das

contas", afirmou o ministro.

No entanto, questionado sobre a relação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que entrou em confronto direto com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Haddad disse que nunca teve problemas com o deputado e que os dois conversaram antes de sua viagem aos EUA. "Nós aprendemos de março do ano passado para cá que nem tudo que nós entendemos que é justo, que é correto, que vai na direção correta, vai ser recebido pelo Congresso com a mesma sensibilidade. Esse trabalho está sendo feito, vai continuar a ser feito. Nós não temos dúvidas sobre a consistência das trajetórias", afirmou Haddad.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Dólar volta a subir e chega ao maior valor em 13 meses

Em meio a incertezas no cenário econômico internacional, por conta dos desdobramentos do conflito entre Irã e Israel e da indefinição sobre os juros nos Estados Unidos, e também no cenário doméstico - com preocupações sobre a questão fiscal -, o dólar fechou ontem em quase R\$ 5,27, uma alta de 1,64%. E o maior patamar desde março do ano passado. Durante o dia, a moeda americana chegou a encostar no patamar de R\$ 5,28.

Na avaliação de analistas, esse movimento de alta na cotação acompanha piora generalizada do desempenho dos mercados globais. No Brasil, pesa ainda o desconforto com a política fiscal do governo federal.

Na segunda-feira, o governo anunciou a mudança da meta de resultado primário (receitas menos despesas, antes do pagamento dos juros da dívida pública) de 2025, de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para déficit zero, o mesmo alvo de 2024. Propôs ainda flexibilização na meta de 2026, com superávit de 0,25% em vez de 1%.

Em Washington, nos Estados Unidos, onde cumpre agenda, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou minimizar a reação dos mercados e defendeu a alteração nas metas fiscais.

- O ajuste (na meta fiscal) foi feito para, à luz do aprendizado de mais de um ano, nós estabelecermos uma trajetória que está completamente em linha com o que se espera no médio prazo de estabilidade da dívida - afirmou.

Haddad disse ainda que, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o dólar bateu R\$ 6 e a taxa de juro futura subiu "enormemente".

- Essas coisas se acomodam depois - acrescentou.

Percepção

Profissionais do mercado financeiro relataram, porém, que durante o dia de ontem houve uma demanda maior de estrangeiros por moeda à vista, com o objetivo de deixar a bolsa de valores e o país, por conta de piora na percepção sobre as contas públicas.

Haddad alegou que o cenário externo explica "dois

terços" do que está acontecendo no Brasil.

- É um momento tenso. O lado externo não está ajudando. O lado interno nós estamos corrigindo com diálogo no Executivo, no Legislativo - afirmou.

Segundo Haddad, pesam a atividade econômica nos EUA, a **inflação** americana de março, o conflito no Oriente Médio e o preço do petróleo.

""É um momento tenso. O lado externo não está ajudando.

O lado interno nós estamos corrigindo com diálogo no Executivo, no Legislativo.

FERNANDO HADDAD

Ministro da Fazenda

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Tensão leva dólar a subir para R\$ 5,27

Em mais um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar fechou no maior valor em 13 meses, chegando a aproximar-se de R\$ 5,30 nos piores momentos. A bolsa de valores caiu pela quinta vez seguida e atingiu o menor nível desde novembro do ano passado.

O dólar comercial encerrou esta terça-feira vendido a R\$ 5,27, com alta de R\$ 0,08 (+1,64%). A cotação abriu em R\$ 5,21 e subiu ao longo de toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 12h, chegou a R\$ 5,28.

Esta foi a quinta alta consecutiva da moeda norte-americana, que fechou no valor mais alto desde 23 de março do ano passado.

Apenas nos últimos cinco dias, a divisa subiu 5,23%, sem que o Banco Central tenha intervindo no câmbio por meio de operações de swap (venda de dólares no mercado futuro).

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 124.389 pontos, com queda de 0,75%. O indicador está no patamar mais baixo desde 13 de novembro. Em 2024, o índice recua 7,3%.

Causas Tanto fatores domésticos como internacionais afetaram o mercado financeiro nesta segunda-feira. No cenário interno, a mudança da meta fiscal para 2025, com a manutenção do déficit primário zero em vez de superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para o próximo ano, foi mal recebida pelos investidores.

Os principais fatores que provocaram turbulências, no entanto, são externos. O agravamento das tensões entre Irã e Israel e o aquecimento da economia norte-americana fizeram o dólar subir em todo o planeta. Embora a construção de moradias nos Estados Unidos tenha desacelerado, novas falas do presidente do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano), Jerome Powell, criaram tumulto. Nesta terça, ele disse que os dados recentes de **inflação** diminuem a confiança de o Fed começar o corte de juros.

Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. Em relação ao petróleo, a cotação do barril do tipo Brent, usado nas negociações internacionais, caiu 0,43% para US\$ 89,99, apesar do bombardeio iraniano a Israel.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-158ca628a01a9aac19a4ffa80e7ea86d.pdf

Dólar vai a R\$ 5,26

PAULO RENATO NEPOMUCENO E ALEXANDRA BICCA
(Especial para O GLOBO; colaborou Bernardo Lima) /
Letycia Cardoso

O dólar comercial encostou ontem em R\$ 5,27: encerrou em alta de 1,64%, a R\$ 5,2697, a maior cotação desde 23 de março do ano passado, quando fechou a R\$ 5,29. Na máxima do dia, chegou a R\$ 5,28.0 principal fator foi a perspectiva de juros altos por mais tempo nos Estados Unidos, o que se soma à preocupação com o equilíbrio fiscal aqui e as tensões no Oriente Médio. Globalmente, o desempenho do real só não foi pior que o do peso mexicano e da rúpia indonésia.

Ontem, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, afirmou que a taxa básica de juros do país -hoje no patamar entre 5,25% e 5,50% ao ano -vai permanecer alta por mais tempo.

- Dada a resiliência do mercado de trabalho e o progresso até agora com a **inflação**, é adequado dar mais tempo para que a política restritiva trabalhe - afirmou Powell em debate no Wilson Center, em Washington.

A fala do presidente do Fed desapontou o mercado, que projetava três cortes este ano. Agora, segundo a agência Bloomberg, fala-se em dois.

REAL ENTRE MAIORES PERDAS

Também em Washington, para a reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que notícias externas explicam "dois terços" do que está ocorrendo no câmbio no Brasil: - De acordo com último dado que eu recebi, nos últimos minutos, o México está sofrendo mais que o Brasil, o peso mexicano está sofrendo mais que o real brasileiro, a Indonésia também.

De acordo com a Bloomberg, tanto o peso mexicano como a rúpia indonésia tiveram desvalorização de mais de 2% em relação ao dólar.

Haddad, porém, admitiu que a alta do dólar no Brasil também decorre, em parte, de uma turbulência causada pela divulgação de uma nova previsão para a meta fiscal. Na segunda-feira, o governo informou que, em vez de superávit de 0,5% do **PIB**, em 2025 a meta será déficit zero.

- É preciso explicar melhor, ao longo do tempo, o que vai acontecer com as contas públicas brasileiras -disse Haddad.

O ministro afirmou que a nova meta é realista e embute um aprendizado do governo nos últimos meses. E ressaltou que essa meta está em linha com o objetivo de longo prazo de estabilizar a dívida pública.

Haddad ainda minimizou as fortes oscilações do mercado financeiro esta semana: -Está tendo turbulência esta semana, e não é a primeira que o Brasil passa. No governo anterior, o dólar bateu R\$ 6.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista à GloboNews, assegurou que o governo vai perseguir a meta de déficit zero, para garantir que o Brasil "nunca mais gaste além do que arrecada." Já Rodolfo Margato, economista da XP, alerta para "ruídos políticos": - Os sinais de dificuldade do governo na condução impactam a percepção de risco do mercado financeiro. Alguns ruídos políticos exercem pressão sobre a moeda local.

O economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, considera a mudança da meta "um péssimo sinal para os investidores", que "reduz a credibilidade do arcabouço fiscal."

BOLSA PERDE 0,75%

No mercado acionário, o Ibovespa encerrou em queda pelo quinto pregão consecutivo, recuando 0,75%, aos 124.388 pontos. Segundo Celso Plácido, analista e CEO da Asset Warren Management, pesaram situações internas e externas: -Temos a piora fiscal no cenário interno. A incerteza no Oriente Médio, com a dúvida de contra-ataque por parte de Israel ao Irã. E o discurso do Powell, com o mercado já começando a jogar o ciclo de cortes para o início de setembro. Então, há fuga de ativos de risco e busca por segurança.

A maior alta do Ibovespa foi da fabricante de equipamentos elétricos WEG, que se beneficia da alta do dólar por ser exportadora. Seus papéis subiram 3%, a R\$ 38,77.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras ganharam 0,49%, a R\$ 41,09, e as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 0,46%, a R\$

39,49.

Com o recuo do preço do minério de ferro nas bolsas asiáticas, a Vale caiu 0,89%, a R\$ 61,44.

*

Câmbio tem impacto na vida real / Letycia Cardoso

O dólar alto terá impacto na economia real, desde o preço dos alimentos até o custo das passagens aéreas. Para Vinícius Lecuona, especialista em investimento internacional da Ável, será difícil ver a divisa abaixo de R\$ 5 este ano.

A alta da moeda vai se somar ao custo do petróleo, afetado pelos conflitos no Oriente Médio, o que deve encarecer o preço dos combustíveis no Brasil e, por consequência, elevar o custo do frete e dos produtos transportados por rodovia.

As passagens aéreas também devem subir, pois 60% das despesas das companhias aéreas são em dólar, incluindo o combustível de aviação.

Entre os alimentos que ficarão mais caros, está o azeite, que é importado. Já o preço da carne pode subir porque a ração do gado é feita de soja e milho, itens que, como o café e o açúcar, têm cotações definidas por bolsas de commodities.

Carla Beni, economista e professora de MBAs da FGV, ressalta que o impacto na vida do consumidor depende de uma alta persistente do dólar. É preciso que a moeda permaneça em patamar elevado por alguns meses para afetar o preço na ponta final:

As transmissões da variação do câmbio não são automáticas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar encosta em R\$ 5,27, com risco fiscal e expectativa de queda menor do juro nos EUA

Matheus Prado, Victor Rezende, Gabriel Roca e Alexandra Bicca

O mercado brasileiro teve ontem mais um dia muito negativo, com alta forte do dólar, queda da bolsa e aumento dos juros futuros. No cenário interno, pesam as incertezas crescentes sobre as contas públicas, com o anúncio do governo da redução da meta de resultado primário de 2025 para zero e de afrouxamento do esforço fiscal nos próximos anos. No quadro externo, os investidores se ajustam à expectativa de que os juros americanos vão demorar mais para cair e recuar menos que o esperado, uma combinação desfavorável para as moedas emergentes.

Nesse ambiente, o dólar subiu 1,64%, na quinta alta consecutiva, fechando a R\$ 5,2697 - a maior cotação desde 23 de março de 2023. O Ibovespa caiu 0,75%, encerrando o pregão aos 124.388 pontos, o menor nível desde novembro. No mercado futuro de juros, a taxa do contrato para janeiro de 2027 aumentou de 10,765% para 11,06% ao ano.

O cenário negativo afetou o mercado de títulos públicos. No leilão realizado ontem pelo Tesouro, as NTN-Bs (atreladas à **inflação**) com vencimento em 2060 foram emitidas com taxas de 6,1%, o maior nível em

um ano. O resultado disparou um sinal de alerta em relação ao encarecimento dos custos de financiamento do governo. Com o quadro adverso, as projeções para a Selic no fim do ciclo de queda dos juros têm sido elevadas. O BTG Pactual, por exemplo, espera agora que a taxa básica, hoje em 10,75% ao ano, encerre 2024 em 9,75%, e não mais em 9,5%; para o fim de 2025, a projeção subiu de 8,5% para 9%. Uma medida importante de risco país, o CDS (espécie de seguro contra calotes) de cinco anos também piorou nas últimas semanas. O indicador brasileiro iniciou abril em 137 pontos e, ontem, chegou a 161 pontos-alta de 17%, mais intensa que a de outros mercados emergentes no período.

Em Washington, ao falar sobre o movimento do real, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o

cenário externo explica dois terços do que oco ire no mercado brasileiro.

Páginas A6, C1 e C2

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1§ion=1>

Cenário externo explica maior parte da alta do dólar, defende Haddad

Alexandra Bicca

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira em Washington que notícias externas ao Brasil explicam "dois terços" do que está ocorrendo no cenário interno.

A alta da moeda americana nos últimos dois dias coincide com a nova meta fiscal do governo, que agora prevê resultado zero em 2025, ante previsão de superávit de 0,5% do **PIB**. Em um dia ruim para as moedas emergentes no mundo, o dólar subiu ontem 1,64%, cotado a R\$ 5,2697, no maior nível de fechamento desde 23 de março de 2023. Na máxima do dia, a moeda americana chegou a R\$ 5,2873.

De acordo com Haddad, entre os fatores que afetam a cotação do dólar, estão dados que indicam atividade econômica aquecida nos EUA, dados de **inflação** americana "que ainda não foi totalmente digerida" e a escalada do conflito no Oriente Médio, após o ataque de Irã a Israel, com impacto na cotação do barril de petróleo.

Para o ministro, a alta do dólar no Brasil também decorre, em parte de uma turbulência causada pela nova divulgação para a meta fiscal. "É preciso explicar melhor ao longo do tempo o que vai acontecer com as contas públicas brasileiras."

O ministro afirmou que a nova meta é realista e embute um aprendizado do governo nos últimos meses. Ele também defendeu que o objetivo está em linha com a meta de longo prazo de estabilizar a dívida pública.

Analistas destacam, porém, que, enquanto o superávit primário não chegar perto de 1 % do **PIB**, a dívida bruta continuará subindo. O governo previa antes alcançar a economia de 1% do **PIB** em 2026, mas agora só vê isso acontecendo em 2028 - portanto, em um novo mandato presidencial. Para 2026, agora, a previsão é de superávit de 0,25% do **PIB**.

Ele disse que o Brasil vive uma semana de turbulência e que, após o momento tenso, "as coisas acomodam depois". Mas aproveitou para afirmar que pode ser um bom momento para "repensar estratégias".

"O lado externo não está ajudando. O lado interno, nós

estamos corrigindo, corrigindo com diálogo no Executivo, com diálogo no Legislativo. Já que a questão está mais delicada, vamos fazer agora um momento de repensar a estratégia e redefinir o papel de cada um para reestabilizar as expectativas."

Em Washington para a reunião semestral do FMI e do Banco Mundial, Haddad deu exemplos de programas como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), cuja relatora, a deputada Renata Abreu (Pode-SP), defende renúncias fiscais de R\$ 5 bilhões por ano.

"Nós entendemos que o Congresso tem os seus objetivos, mas nós temos que trazer esse programa para perto da normalidade, para perto da razoabilidade. Está muito sem freio, está aberto a fraudes que aconteceram e já estão sendo combatidas pela Receita."

Haddad afirmou que o país não pode sair da "trilha do crescimento". "O que está acontecendo hoje é recado para o Executivo, é recado para o Legislativo, é recado para o Judiciário, é recado para a Fazenda, é recado para o Planejamento, é recado para o Banco Central. Vamos entender e reposicionar. Nós não temos razão nenhuma do ponto de vista dos fundamentos da economia brasileira para sair da trilha correta de fazer esse país voltar a crescer com baixa **inflação** e gerando emprego", afirmou.

Após as novas projeções do FMI para economia brasileira, ele disse esperar que o organismo reveja "para melhor" as estimativas de crescimento do **PIB** do país. "Vamos também acompanhar o que acontece na economia global, porque nós dependemos disso também."

O FMI divulgou nesta terça-feira que estima que a economia brasileira crescerá 2,2% neste ano e 2,1% em 2025. A previsão para o **PIB** brasileiro deste ano é 0,5 ponto percentual maior do que a divulgada pelo Fundo em janeiro. Já a previsão para o próximo ano foi elevada em 0,2 ponto percentual.

As projeções do FMI estão maiores que as do boletim Focus, coletadas semanalmente pelo BC, que preveem alta do **PIB** de 1,95% neste ano e de 2% em 2025.

"Continuamos projetando 2,2% [de alta do **PIB** em 2024], embora os indicadores de atividade estejam aquecidos. Estamos recebendo boas notícias da ponta, tanto do ponto de vista de arrecadação, quanto do ponto de vista de produção e venda, sobretudo o crédito está aumentando no Brasil. Mas nós vamos ser parcimoniosos, vamos continuar mantendo a nossa expectativa de 2,2%, mas com um pequeno viés de alta", afirmou.

Haddad disse ainda que acredita que, apesar das turbulências, há espaço para cortes nos juros básicos do Brasil.

Segundo ele, os fundamentos da economia brasileira "estão melhores do que um ano atrás". Para ele, os ajustes realizados pelo governo garantiram melhora tanto do ponto de vista da receita quanto do ponto de vista da despesa. Entretanto, expressou preocupação com as contas da Previdência após a aprovação de projetos no Congresso e disse que o governo deve recorrer na Justiça.

"Não vamos ter o gasto primário que tivemos no ano passado. Nós não vamos ter a receita primária que nós tivemos no ano passado. A receita vai ser bem melhor, a despesa vai ser bem menor. De onde vem a arrecadação? Das medidas que o Congresso aprovou", disse.

Questionado sobre o esgotamento das medidas, ele destacou que a renovação da desoneração, em especial dos municípios, não estava no radar de ninguém.

"Desonerar a folha de município é uma coisa que esbarra na reforma da Previdência, que todo mundo defendeu, desse ponto de vista, o tempo todo. Todos os partidos defenderam que a Previdência não podia perder receita. Aí entra uma emenda, em um PL O presidente veta, derrubando o veto, nós reabrimos a discussão", afirmou.

"Vamos também acompanhar o que acontece na economia global"

Fernando Haddad

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845?page=1§ion=1)**

Real no ranking das mais desvalorizadas

O real teve o terceiro pior desempenho entre moedas emergentes ontem, com a mudança na meta fiscal e a economia americana no radar dos investidores. A moeda caiu 1,84% frente ao dólar, que encerrou em R\$ 5,26, o maior patamar em mais de um ano.

Apenas o peso mexicano e a rupia indonésia caíram mais do que o real, como destacado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em evento do FMI nos Estados Unidos.

Segundo o ministro, entre os fatores que pressionam a cotação do dólar estão os dados que indicam atividade econômica aquecida e uma **inflação** "que ainda não foi totalmente digerida" nos Estados Unidos, a escalada do conflito no Oriente Médio e, em parte, de uma turbulência causada pela divulgação de uma nova previsão para a meta fiscal.

Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), disse que os últimos dados da economia americana não estão trazendo confiança para começar a diminuir a taxa de juros no país. Na semana passada, os dados de **inflação** nos Estados Unidos vieram acima do esperado pelo mercado.

Agora, o mercado está adiando suas expectativas de um corte de juros pelo Fed para novembro. Os investidores também estão preocupados com as tensões no Oriente Médio após o ataque do Irã a Israel no fim de semana.

SAIBA MAIS

Como a alta mexe com seu bolso

Patamar PARA VINÍCIUS LECUONA, especialista em investimento internacional da Ável, será difícil ver o dólar voltar a ficar abaixo de R\$ 5 este ano. Com mais incertezas externas, os investidores tendem a proteger seu patrimônio buscando uma moeda forte, ou seja, comprando dólar.

Do frete à passagem de avião NO FIM DE SEMANA, o Irã atacou Israel com dronese mísseis, em resposta ao bombardeio ao consulado do Irã em Damasco, na Síria Israel, que não assumiu nem negou a autoria da incursão. disse que planeja revidar.

AUTORIDADES do mundo todo ficaram alarmadas, com medo de que a guerra entre os países ganhe escala, envolva outras nações e ainda afete o comércio de petróleo. O preço do barril de Brent. no

entanto, permanece estável, a US\$ 90,02.

TANTO a alta da commodity, quanto a do preço do dólar podem encarecer o preço dos combustíveis no Brasil e, por consequência, elevar o custo do frete e dos produtos transportados pelas rodovias do país.

O VALOR das passagens aéreas também poderia ficar mais alto nesse cenário, já que as companhias de NOTAS de dólares: tendência aviação teriam custos maiores. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), cerca de 60% das despesas das aéreas é de itens dolarizados, o que inclui gastos com combustíveis, manutenção, entre outros.

A PETROBRAS se mantém em compasso de espera para entender o cenário mundial antes de fazer qualquer reajuste. Na segunda-feira, a defasagem do preço da gasolina no país em relação à cotação internacional estava em torno de 19%. de acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Alimentos PEDRO AFONSO GOMES, presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP), acrescenta que diversos alimentos disponíveis nas gôndolas podem pesar mais no bolso. O azeite, por exemplo, tende a ficar ainda mais caro por ser importado.

JÁ A CARNE pode ter custo maior porque o gado é alimentado com uma ração produzida a partir de soja e milho. Esses insumos, assim como café e açúcar, têm suas cotações internacionais definidas por bolsas de commodities: MATÉRIAS-PRIMAS ou mercadorias importadas tendem a ficar mais caras para o importador. E eles devem repassar para os preços aos consumidor.

FÁBIO QUEIROZ presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio (Asserj). diz que não só os preços de alguns alimentos podem subir, mas também o custo das embalagens para a indústria. Para evitar a alta nas etiquetas do mercado. conta que a estratégia tem sido negociar com fornecedores.

Com risco fiscal, Tesouro já paga juro real de 6%

Gabriel Roca e Víctor Rezende São Paulo

O espesse acentuado observado nos últimos dias com o adiamento dos cortes de juros nos Estados Unidos e, mais recentemente, com a mudança nas metas fiscais do Brasil para os próximos anos afetou em cheio o mercado de títulos públicos. No leilão semanal realizado ontem pelo Tesouro Nacional, as NTN-Bs - títulos apelados à **inflação**-de longo prazo foram emitidas com taxas de 6,10%, alcançando os maiores níveis em um ano. O leilão acendeu um alerta para o encarecimento dos custos de financiamento do governo e para uma piora na composição da dívida pública.

Segundo o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, a dinâmica de elevação das taxas vinha se dando, majoritariamente, por fatores externos. No entanto, desde o anúncio de alteração nas metas fiscais, na segunda-feira, os vetores de deterioração no mercado local também passaram a ser domésticos.

"Vimos que o real teve um desempenho pior que os pares nos últimos dias e isso revela que essa piora do fiscal gerou bastante estresse. Não só levou uma depreciação mais importante do real quanto também da curva doméstica", afirma. Assim, ele aponta que a precificação do mercado para uma Selic no fim do ciclo de ajuste entre 10,25% e 10,5%; em vértices mais longos, as taxas já se aproximam de 12%.

"Qual o impacto disso? Um aumento no custo de financiamento. Se quiser emitir prefixados ou NTN-Bs, o Tesouro vai incorrer em um custo bem mais alto do que há algum tempo. E, mesmo pensando nos pós-fixados, é bem provável que, caso o cenário externo continue adverso, a Selic "terminal" seja mais alta do que a mediana dos economistas está esperando [no Focus], Aumentaram as chances de uma Selic mais próxima de 10% e isso vai se refletir também no custo do estoque da dívida pós-fixada", afirma.

Nesse sentido, o economista Antonio Madeira, da MCM Consultores, observa que, diante de um momento de forte aversão a risco no mercado local, o Tesouro optou por reduzir a oferta de NTN-Bs no leilão de ontem e ofertou apenas 150 mil papéis.

O aumento das taxas, na visão de Madeira, guarda

relação com a piora externa, diante de uma alta significativa dos juros reais americanos nas últimas semanas. "O outro motivo é a parte local. A mudança da meta de resultado primário do próximo ano e o momento em que isso foi anunciado, de forte nervosismo e de dificuldade do governo em avançar com seus projetos no Congresso para aumentar a arrecadação, fizeram o investidor ficar mais cauteloso", avalia.

Para o economista, essa questão ajuda a mostrar com mais clareza as dificuldades do governo para aumentar a arrecadação, mas também mostra uma falta de disposição para conter despesas. "E aí o mercado percebe que a consolidação fiscal, a estabilização da dívida, foi empurrada para frente. Isso faz com que os prêmios também subam." Desde o início do ano, o Tesouro tem concentrado suas emissões em títulos atrelados à taxa Selic, as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Dos R\$ 528 bilhões emitidos no ano de 2024, aproximadamente dois terços ocorreram por meio desta classe de títulos.

O movimento ocorreu em meio à forte elevação da curva de juros locais ao longo dos últimos meses e, neste contexto em que a curva de juros se desloca para cima de forma sustentada, há uma preferência natural do Tesouro por não emitir títulos prefixados (LTNs e NTN-Fs) e atrelados a índices de preços (NTN-Bs) devido ao seu custo crescente e para não adicionar ainda mais pressão ao mercado.

Para o gestor da Kinea Investimentos, Leandro Teixeira, do ponto de vista da gestão da dívida pública, o ideal é que a composição seja mais longa, barata e previsível possível. "Quando você emite uma LTN você sabe que, no vencimento, ela vale R\$ 1 mil, não importa o que aconteça. Já no caso de um título atrelado à Selic, eu não sei o quanto ela vai valer porque ela vai variar com os juros. Forçando um pouco a barra, também é possível dizer que as receitas do governo também têm uma correlação boa com a **inflação**, portanto é desejável para o Tesouro emitir dívidas atreladas à **inflação**", afirma.

No entanto, segundo ele, o Tesouro está levando em consideração alguns motivos para concentrar suas dívidas em emissões de LFT. "Um é que ele considera a taxa alta e, em dias como hoje [ontem], que os juros futuros estão subindo muito, ele seria mais um agente

forçando o mercado para cima. Desse ponto de vista, o Tesouro prefere ir para uma LFT. Ele julga que, mesmo a LFT sendo uma dívida mais danosa, ela, por ser desconhecida no futuro, ainda é considerada mais barata pelo Tesouro", afirma.

Segundo Goldenstein, pelo ocorrido no ano até o momento, a LFT tem boa chance de ficar acima do limite superior do Plano Anual de Financiamento (PAF) e as NTN-Bs de ficarem abaixo do limite inferior. "Vale lembrar que o PAF não representa uma obrigação, são diretrizes. Além disso, é provável que ele seja revisado ao longo do ano", aponta.

Teixeira, da Kinea, ainda afirma que não vê o Tesouro perto de um cenário em que seja obrigado a emitir algum papel por necessidade. "Eu não vejo o Tesouro em um momento de estar encurralado e não vejo isso no curto prazo a ponto de precisar tomar uma atitude que ele não goste".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187845>

Produtos da China baixam inflação global, diz XI

Em encontro com o premiê alemão, Olaf Scholz (na foto, à dir.), o presidente da China, Xi Jinping (no centro), rebateu críticas ocidentais sobre o excesso de oferta chinês, alegando que as exportações do país estão ajudando a aliviar a **inflação** global e no apoio a uma transição para energias limpas. No encontro de ontem, em Pequim, Xi disse que "a China e o Ocidente devem estar atentos ao surgimento do protecionismo". A UE iniciou uma série de investigações anti-subsídio sobre produtos chineses.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187845?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187845?page=1§ion=1)**

Com variação de 5,3%, PIB da China cresce acima do previsto

A economia chinesa cresceu mais do que o esperado nos primeiros três meses do ano, segundo novos dados divulgados ontem pelo governo do país. O crescimento é baseado na estratégia de construção de novas fábricas e no aumento das exportações, uma forma de combater uma grave crise imobiliária e os gastos lentos dos chineses.

De acordo com informações do Escritório Nacional de Estatísticas da China, a economia do país cresceu 1,6% no primeiro trimestre em relação aos três meses anteriores. Em relação ao primeiro trimestre de 2023, a alta foi de 5,3%. Quando projetados para o ano inteiro, os dados indicam que a economia da China está crescendo a uma taxa anual de cerca de 6,6%.

"A economia nacional teve um bom começo", disse Sheng Laiyun, vice-diretor do departamento de estatísticas, ao mesmo tempo que advertiu que "a base para um crescimento econômico estável e sustentável ainda não é sólida".

Para estimular o crescimento, a China, a segunda maior economia do mundo, recorreu a uma tática já conhecida: investir pesadamente em seu setor de manufatura, incluindo uma fatura de fábricas que ajudaram a impulsionar as vendas de painéis solares, carros elétricos e outros produtos em todo o mundo.

Mas a aposta da China nas exportações tem preocupado muitos países e empresas estrangeiras.

O receio é de que uma enxurrada de remessas chinesas para mercados distantes possa prejudicar os setores de manufatura desses países e levar a demissões (mais informações nesta página).

"OVERDOSE". Economistas do Federal Reserve Bank de Nova York alertaram no mês passado que a China está experimentando uma "overdose" na construção de fábricas, alimentada por empréstimos bancários pesados.

Para este ano, a China estabeleceu uma meta de crescimento de cerca de 5%, um alvo que muitos economistas consideravam ambicioso, embora alguns tenham atualizado recentemente suas previsões. No ano passado, a economia da China cresceu 5,2%.

As fortes exportações no início deste ano também

ajudaram.

O valor das exportações aumentou 7% em dólares em janeiro e fevereiro em relação ao ano anterior, e 10% quando medido na moeda chinesa, o yuan. Mas a contribuição real das exportações para a economia do país foi consideravelmente maior, já que a queda dos preços obscureceu a extensão total dos ganhos de exportação da China.

Guo Tingting, vice-ministro do Comércio, disse em uma coletiva de imprensa no mês passado que o volume físico das exportações havia aumentado 20% em janeiro e fevereiro em relação ao ano passado.

Ritmo acelerado

6,6% é a projeção atual para o crescimento anual do **PIB** na China

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>